



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

**RESOLUÇÕES DO 12 ° ENCONTRO NACIONAL DO
POLO COMUNISTA LUIZ CARLOS PRESTES (PCLCP)**

Abril de 2013



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

ÍNDICE

ESTRATÉGIA SOCIALISTA. 03

FÓRUM DE UNIDADE DOS COMUNISTAS. 07

FRENTE DE ESQUERDA. 08

RELAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE *FRENTE* E *FÓRUM UC*. 11

SINDICAL. 12

PROGRAMA TÁTICO. 20

ORGANIZAÇÃO. 51



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

RESOLUÇÕES DO 12 ° ENCONTRO NACIONAL DO POLO COMUNISTA LUIZ CARLOS PRESTES (PCLCP)

Abril de 2013

ESTRATÉGIA SOCIALISTA

1) Defendemos uma estratégia socialista para a revolução brasileira, uma estratégia que integra (como seu momento interno) uma direção proletária para a solução das tarefas democráticas e nacionais (dentro da ordem e contra a ordem). Defendemos que estas tarefas devem ser realizadas sem a burguesia e contra a burguesia por um bloco revolucionário anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário constituído pelas forças proletárias e populares que se opõem ao bloco de poder vigente, buscando desagregar seu bloco ideológico e liquidar sua ordem e seu poder político autocrático. Trata-se de uma estratégia socialista adequada à realidade brasileira, onde o capitalismo monopolista dependente (único capitalismo possível no Brasil) se desenvolveu através de um tipo de dominação burguesa hegemônica pelo imperialismo, com uma burguesia nativa (incluindo frações burguesas regionais) profundamente associada ao capital financeiro internacional e que se organiza através de um Estado autocrático com grande capacidade de reciclagem, reproduzindo uma ordem social fechada aos direitos dos “de baixo”.

2) Apesar do capitalismo no Brasil ter se desenvolvido de forma permanentemente dependente do imperialismo, ele não “eternizou” formas pré-capitalistas, mas associou-se aos monopólios e latifúndios nativos para impulsionar um acelerado desenvolvimento das forças produtivas e da modernização industrial. O Estado autocrático, em sua forma ditatorial, proporcionou a infraestrutura para o desenvolvimento monopolista dependente (através do endividamento externo) e garantiu com sua política econômica, com a repressão e o arrocho salarial as condições “mais funcionais” para uma rápida acumulação e centralização de capital. A realização foi garantida com as exportações, a demanda estatal em forte expansão e o consumo das classes dominantes e das camadas médias mais abastadas. Ou seja, o fato da burguesia brasileira ser pró-imperialista e carecer de projeto nacional autônomo não faz com que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil seja vedado, mas ao contrário, ele é impulsionado sem que o Brasil deixe de ser um país dependente. O que temos é a formação de um tipo específico de domínio do capital.

3) No caso concreto do Brasil, a dominação externa do imperialismo nunca foi tão profunda e eficaz, até porque esta dominação externa se organiza hoje a partir de dentro. A **internalização da dominação imperialista** se dá: pela expansão das grandes empresas transnacionais na maioria dos ramos da indústria, do comércio e dos serviços; através de mecanismos financeiros, por associação com os monopólios de origem nativa; pelo controle acionário das ex-empresas estatais (inclusive a Petrobrás); por cooptação e corrupção das elites (inclusive através da formação dos quadros tecnocráticos de alto escalão e do estado-maior das forças armadas); pela supremacia econômica e ideológica imperialista estruturante da ordem social autocrática e pela hegemonia política nas



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

estruturas do Estado e da sociedade civil autocrático-dependentes; pelo controle de todos os níveis da ordem social, desde a regulamentação jurídica da “modernização” contrarreformista da infra e da superestrutura, da determinação do eixo da política governamental, do controle da comunicação de massa e do consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologias ou de instituições sociais, etc.

4) Para a elaboração a estratégia socialista da revolução brasileira não pode desconsiderar a necessidade de transições históricas, de situações concretas advindas de um tipo de dominação burguesa: a questão nacional, a questão democrática que não foi resolvida em nosso país dominado por uma ordem e um Estado autocráticos, a dominação imperialista e os monopólios nativos associados ao imperialismo, latifúndio com sua específica renda da terra, que expropria, oprime e explora milhões de camponeses e semiproletários, as dezenas de milhões de pessoas no Brasil que são oprimidas e exploradas pelo bloco de poder vigente e não são proletárias. O capitalismo imperialista-monopolista gera tendências repressivas e opressivas, ele repõe a importância das reivindicações democráticas do proletariado e demais classes subalternizadas e, ao mesmo tempo, liga-as ao socialismo de um modo qualitativamente novo. Desse modo, é de importância crucial dar concretude à estratégia socialista, dando toda a atenção para a pesquisa das formas de *transição* ou momentos de *aproximação* à revolução proletária, quer dizer, o modo como a revolução democrática se insere no interior da revolução socialista.

5) Concebemos um programa de transformações estruturais que avança em um esforço de concretude capaz de ir além do “movimento anticapitalista” abstrato e construir um efetivo bloco revolucionário, buscando indicar mediações claras para que a estratégia socialista se oriente numa perspectiva de conquista do poder. É de fundamental importância incorporar a crítica leniniana ao espontaneísmo e ao tradeunionismo que renegam a consciência socialista e a subordinação das táticas à estratégia para que as vitórias sejam cumulativas.

6) A construção do poder revolucionário é resultado da formação e desenvolvimento da formação do bloco proletário e popular revolucionário e este tem como um dos seus requisitos fundamentais o desenvolvimento da capacidade dirigente do proletariado – que é o sujeito hegemônico da revolução socialista –, que deve amadurecer e começar a se desenvolver na fábrica e demais lugares de trabalho. O proletariado pelo seu ser social é **uma classe hegemônica revolucionária autosuperadora** que necessita se desenvolver como “classe universal” (negadora da existência alienada das classes). A hegemonia do proletariado só pode ser constituída se a classe for capaz de ir além de seus interesses corporativos, for capaz de coesionar em um bloco revolucionário um conjunto heterogêneo de outras classes e grupos sociais que tenham antagonismos com o bloco de poder vigente, exercendo uma liderança política e ideológica e fazendo concessões (dentro de certos limites, que não inviabilizem seu projeto histórico) às variadas forças sociais potencialmente aliadas, para isolar o bloco de poder dominante e derrubá-lo. Para tanto, o proletariado necessita de um tipo de conhecimento teórico diferente do saber manipulatório ligado à dominação de classe burguesa.

7) A atuação dos comunistas deve ter o objetivo de assegurar a **hegemonia proletária na construção e direção do bloco das forças revolucionárias**. É necessário ter uma força



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

hegemônica, capaz de aglutinar e dirigir o bloco revolucionário, e esta força só pode ser o proletariado que deve ter como meta alcançar uma **ditadura do proletariado**, também chamada de “democracia da maioria”, que é o estágio necessário para garantir as condições para a transição do capitalismo para o socialismo, constituindo-se como fase socialista inicial da sociedade comunista e como parte do processo de definhamento do Estado mediante o desenvolvimento socialista e a implantação do comunismo.

8) É claro que tal hegemonia não se garante por decreto, nem com proclamações. Será construída no esforço para que as massas proletárias e populares assumam a direção do processo de luta; o que passa pela elaboração programática do caminho para o socialismo nas condições brasileiras e a criação das condições institucionais para que este programa seja aprovado de forma democrática e assumido pelas massas; passa pela conquista de uma democracia em que os trabalhadores comecem a impor seus interesses e sua vontade; passa pela unidade das forças comunistas revolucionárias consequentes na formação de uma liderança efetiva, um “núcleo duro”, capaz de dirigir as lutas de massas dentro de uma perspectiva revolucionária.

9) É necessário, portanto, uma adequada articulação entre as lutas imediatas e o horizonte estratégico para dar solidez à hegemonia do proletariado no interior do bloco anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário. Hoje as lutas por reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo (como produtores e como consumidores), pela ampliação dos direitos, garantias sociais e liberdades do proletariado e das massas populares; e por reformas estruturais em prol de um desenvolvimento soberano com elevação no nível de vida do povo **desafiam e isolam o poder do imperialismo e dos monopólios**. Elas não são, portanto, “integráveis” no único tipo de capitalismo hoje viável, contrariando os padrões estruturais de reprodução do sistema do capital como tal. O sucesso na luta mesmo por questões parciais implica na necessidade de desafiar as classes dominantes. Qualquer conquista na ampliação da democracia efetiva (econômica, política e cultural) para as massas exploradas e oprimidas passa pelo enfrentamento e terá que ser imposta pelas lutas de classes dos “de baixo” aos “de cima”. Nesta luta buscaremos fortalecer **a unidade, independência e o protagonismo do bloco proletário e popular**.

10) Sob o domínio do capital monopolista, da nossa época de crise estrutural do capital, há uma pressão burguesa mais agressiva para intensificar a exploração do proletariado e a expropriação e retirada de direitos das massas. Hoje a própria luta por reformas se coloca de modo diferente da época do Marx e da II Internacional, porque há no capitalismo monopolista da nossa época uma postura de contrarrevolução permanente em escala mundial. Portanto, com a crise estrutural do capital as possibilidades de autoexpansão produtiva do capital se restringem radicalmente e, com ela, a capacidade de integrar reformas estruturais. Por isso, Há uma pressão repressiva que visa justamente dificultar a ligação entre reforma e revolução. Isto não impede que, mesmo sob a ordem dos monopólios, fortes e organizados movimentos de massa conquistem reivindicações imediatas e reformas. O papel do partido proletário revolucionário é justamente integrar estas lutas mais ou menos espontâneas no interior de uma estratégia revolucionária teoricamente fundamentada, tornando estas vitórias cumulativas no sentido de formar um bloco revolucionário orientado para a



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

superação da ordem. Por isto mesmo, **para nós lutar por reformas é algo que está integrado na luta pela revolução.**

11) Mesmo nas condições históricas de crise estrutural do domínio do capital, algumas destas reivindicações (“realizar a reforma agrária com o fim do latifúndio; defender e ampliar os direitos e conquistas trabalhistas; elevar o nível de vida do povo; garantir o acesso universal à saúde e à educação pública e gratuita de excelente qualidade; construir o protagonismo popular na cultura”, **todos eles eixos do Programa Tático**) podem ser impostas ao menos parcialmente às classes dominantes mediante um forte movimento de massas; outras só poderão ser postas em prática por um governo popular, democrático-radical e anti-imperialista (pois implicam transformações estruturais radicais, ainda que possam começar “dentro da ordem” capitalista, são já orientadas na prática para a revolução “contra a ordem” da dominação monopolista-imperialista); o conjunto destas conquistas só se tornará duradouro e cumulativo através da eliminação do poder dos monopólios e da instauração de um poder revolucionário que garanta o avanço rumo à transição socialista.

12) A reforma agrária e a estatização das empresas estratégicas são “reformas” e não são, em si, medidas “socialistas” ou “anticapitalistas”; mas contrariam os interesses do bloco de poder imperialista-monopolista-latifundiário e (sem descartar a possibilidade de importantes vitórias parciais dentro da ordem) devem ser profundamente inseridas no bojo de um conjunto de medidas orientadas no sentido de eliminar a dominação (sobre o campo e a cidade) dos monopólios. E este objetivo só poderá ser atingido pelos esforços conjugados dos camponeses e dos proletários do campo e da cidade.

13) Os marxistas devem examinar os interesses do seu próprio povo ou país num quadro de interesses mais amplos. Só assim é possível elaborar uma política marxista revolucionária sobre a “questão nacional”. Com a exacerbação da internacionalização do capital realizada pelo imperialismo, a opressão nacional se faz ainda mais grave, a questão nacional assume maior destaque e liga-se mais estreitamente ao objetivo da revolução socialista, tornando-se assim um momento integrante desta. Não se pode incorrer no erro de ver só o lado pequeno-burguês ou burguês da questão nacional, sem apreender sua potencialidade revolucionária. Pois assim se subestima a força da questão nacional no seio do próprio proletariado e o papel revolucionário dos aliados não proletários (o campesinato, as diversas camadas médias, os povos das nações oprimidas).

14) Ao contrário da concepção centro/periferia da CEPAL (que propunha um desenvolvimentismo industrializante) e da estratégia etapista tradicional dos PCs (que recomenda uma aliança dos trabalhadores com a “burguesia nacional industrial”), na teoria do capitalismo dependente de Florestan Fernandes a revolução anti-imperialista aparece como uma necessidade histórica, mas ela terá de opor-se ao capitalismo. Assim, necessário buscar unir a esquerda anti-imperialista, democrático-radical e socialista com base em uma tática revolucionária; afastando-a dos que defendem a conciliação de classes e estão efetivamente alinhados com a dominação monopolista (as direções do PT, PCdoB, PDT, PSB, MR8-Pátria Livre); estimulando o rompimento consciente dos lutadores do povo e das massas com tais partidos oportunistas que fazem parte do



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

bloco político conservador; organizando as forças proletárias e populares em uma Frente política como ferramenta para a construção do bloco de forças sociais revolucionárias.

FÓRUM DE UNIDADE DOS COMUNISTAS

1) O PCLCP defende a construção do **Fórum de Unidade dos Comunistas**. **O Fórum deve reunir organizações especificamente comunistas - organicamente separadas dos reformistas** - empenhadas no trabalho de análise das contradições que se vêm processando em nosso país e no mundo contemporâneo e de elaboração de propostas políticas que orientem a ação revolucionária com os meios teóricos criados por - para citar somente os clássicos - Marx, Engels e Lênin.

2) Nossa proposta de Fórum UC prioriza criar as condições para se avançar na unidade na ação nas frentes de massa e construir um consenso suficiente para envolver as organizações comunistas na busca de uma cooperação voltada para gerar os pré-requisitos de um efetivo partido proletário revolucionário no Brasil, que responda aos desafios históricos postos pela realidade brasileira e pela época de crise estrutural do capital. Por isso mesmo, **o Fórum não é um espaço de fusão imediata das organizações** e não tem sentido a diluição dos comunistas em formas partidárias que reproduzem o passado, sem plataforma clara de transformações sociais e fragmentados em tendências. Por isto mesmo valorizamos a experiência de construção do Fórum UC como importante instrumento do processo de aproximação de forças revolucionárias com uma identidade ideológica explicitamente comunista. Através desse processo de aproximação, se buscará construir a hegemonia da classe proletária (a única consequentemente revolucionária até o fim) no interior do bloco revolucionário. Por outro lado, o bloco histórico une a estrutura de classes (que nasce da estrutura das relações de produção) com os complexos superestruturais (institucionais, culturais e ideais) e precisa de uma expressão política muito mais ampla do que os comunistas que vão procurar assegurar a hegemonia proletária no seu interior.

3) O Fórum não deve ser uma “nova organização” ou “frente orgânica” apta a recrutar militantes desgarrados e não concordamos com a diluição e fusão orgânica imediata (ou processual) das juventudes, organizações de atuação na frente sindical e outras organizações auxiliares. Pelo contrário, sempre afirmamos ser fundamental e benéfico que as organizações membros do Fórum UC avançassem na construção de sua organicidade e clarificação de suas estratégias e táticas onde a questão da “fusão” não devia ser concebida de modo “gradualista”. Cada organização deve avançar no seu desenvolvimento orgânico (respeitando direções e bases das outras organizações). Quando e se houver avanços na cooperação política, na confiança mútua, na proximidade estratégica e de concepção de organização, assim como na proximidade tática, construída na unidade na ação nas frentes massa; quando o amadurecimento de todas estas condições permitirem: as direções convocariam um Congresso de Unificação. Este Congresso seria um salto de qualidade; e não um mero resultado do transcorrer mecânico do *quantum* de tempo de aliança.

FRENTE DE ESQUERDA



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- 1) Nossa proposta de *Frente de Esquerda* está fundamentada na nossa estratégia, embora sua formação contemple uma amplitude tática. Ela deve se constituir enquanto a expressão política de massas das forças sociais anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário. Tendo como premissa a necessária unidade dialética entre fundamentação teórica, estabilidade de princípios e flexibilidade tática, as concessões para manter a unidade devem ser apenas **concessões políticas táticas, nunca teóricas ou estratégicas.**

- 2) Nossa proposta de formação da *Frente de Esquerda* é uma resposta à situação concreta atual da luta de classes no Brasil, como política consistente para retirar as forças revolucionárias e reformistas radicais de sua impotência, ou até subordinação, diante do campo governista-petista e abrir caminho para a formação do novo bloco histórico. É necessário enfrentar e derrotar a conciliação de classes, o “cretinismo” eleitoreiro e governista e o peleguismo sindical dos cúmplices do bloco conservador, que busca domesticar o proletariado e as massas populares para aceitar passivamente as condições de vida sempre piores impostas pelos monopólios e o imperialismo.

- 3) O PCLCP defende, teórica e praticamente, com independência nosso projeto comunista, nossa estratégia e nossas táticas. A nossa concepção de *Frente* atende aos requisitos leninistas de intransigência teórica e flexibilidade tática. Estará assegurada a plena liberdade de crítica teórica e política às concepções reformistas (como eles poderão criticar as nossas posições). Nós nunca iremos rebaixar nossa linha política e programática à concepção pequeno-burguesa de “etapa” de “oposição antineoliberal”, noção vazia e confusa que assolou uma esquerda na defensiva. É necessário inclusive que o PCLCP elabore e divulgue documentos programáticos próprios que incluam não só aspectos e pontos fundamentais que não são hoje compreendidos pelos aliados, mas que se configure como uma exposição coerente e totalizante, desenvolvida sem concessões, de nossa concepção própria sobre a *Frente* e o bloco revolucionário.

- 4) Nossa proposta da *Frente* passa pela perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico comunista segundo a qual devemos centrar nossa atenção na **descoberta dos meios para desenvolver a atividade autônoma dos trabalhadores e das massas populares, desde a vida cotidiana até a grande política.** É esta atividade que proporciona os indicadores principais para a maturação do desenvolvimento programático tático da estratégia socialista, a ser calibrado por uma organização revolucionária de vanguarda que deve acompanhar por dentro a evolução do proletariado e aprender constantemente com a classe, suas experiências e lutas. No entanto, não é necessário que nossos interlocutores tenham um conhecimento rigoroso do modo de pensar de Marx e Lênin para que consigamos convencê-los de que **a luta pelo socialismo deve traduzir-se em propostas políticas inseridas na luta de classes presente em processo, levando em conta a real correlação de forças.** Isto implica em estabelecer objetivos políticos de curto, médio e longo prazo, em analisar quem são os sujeitos políticos de um projeto desta envergadura, os aliados e os inimigos e de que é necessário apontar o que se quer e aonde desejamos chegar ao traçar um programa mínimo de ação. Os comunistas devem propor um programa que aglutine forças e ao mesmo tempo



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

viabilize a realização de transformações estruturais em processo, que abram caminho para a objetivação efetiva de nosso programa estratégico de longo prazo, com a necessária flexibilidade para levar em conta a multiplicidade das mediações (o peso da história real com seus desvios e contradições) na elaboração das táticas políticas e no aperfeiçoamento da estratégia em seu curso de concretização. Tudo isto sem nunca perder de vista, como horizonte permanente de nossa programática revolucionária, os nossos objetivos finais comunistas; em que a humanidade futura construirá uma sociedade sem classes, em que cada um poderá desabrochar em solidariedade com todos realizando a liberdade mais radical como autodeterminação dos indivíduos ricos de necessidades humanizantes e de meios para realizá-las.

5) Nem todas as forças que se unificarem em torno do programa da Frente estarão (ao menos no início) claramente comprometidas com a luta pela destruição do Estado burguês e a construção das relações de produção socialistas. O que significa que a *Frente* deve ter uma definição programática clara e constituir-se a partir do consenso em torno de princípios gerais e estratégicos mínimos que formem uma racionalidade e uma vontade unitária nacional; mas deve ser também ampla, visando articular o conjunto das organizações políticas representativas das forças sociais antimonopolistas, anti-imperialista e antilatifundiárias. Assim **buscará congregiar todas as forças contrárias ao bloco de poder vigente em uma unidade de ação programaticamente orientada**, respeitando a especificidade de cada uma.

6) O PCLCP defende para a Frente um programa político abrangente, mais precisamente um programa mínimo (tático), dentro da concepção leninista, que formula reivindicações transitórias e parciais pensadas no interior da formação de uma dinâmica social revolucionária, como “momentos de transição” para a realização do programa estratégico socialista; ou seja, programa que só poderá ser posto em prática na íntegra por um poder revolucionário. Ainda que as propostas programáticas não tenham um caráter diretamente socialista; **o programa deve oferecer soluções que vão contra a ordem autocrática dos monopólios e ao mesmo tempo estão ao alcance da consciência das massas; porque resolvem problemas vitais das classes trabalhadoras e das massas populares que tendem a se tornar explosivos**. Portanto, um programa capaz de mobilizar diferentes setores populares, organizá-los e educá-los politicamente; um programa que busca construir a necessária ponte entre a estratégia socialista e as reivindicações mais imediatas dos conflitos de compra e venda da força de trabalho e com soluções para as necessidades e problemas reais mais sentidos pelas massas.

7) **O Programa Mínimo que propomos é um instrumento pensado, sobretudo, para despertar o proletariado e os “de baixo”, para ligar a luta que arranca conquistas dos patrões e do Estado com a construção do projeto proletário e popular**. O Programa liga *anseios pontuais e elementares com reivindicações mais abrangentes e com soluções totalizantes segundo uma perspectiva revolucionária*. O Programa busca articular dialeticamente na luta *três distintos níveis de consciência*. Trata-se de buscar realizar na luta organizada a unidade de massas que ainda tem um nível baixo de consciência com a energia de trabalhadores e jovens que já tem certa consciência militante da realidade de exploração e opressão capitalista, mas tiveram até agora uma



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

experiência limitada a algumas lutas travadas sem grande continuidade (e que não permanecem firmes nos momentos de refluxo); ligando-os com as organizações revolucionárias que estarão integradas na frente (compostas por militantes marxistas disciplinados e constantes, que estão rompidos com a ordem burguesa).

8) A *Frente* deverá fazer uso de todos os meios, legais e extralegais, para formar nas massas a consciência de que a realização imediata de seu programa é totalmente realista **desde que se enfrente o grande capital (isto é, os monopólios), o imperialismo e os latifúndios, mudando a correlação de forças através crescimento da luta proletária e popular organizada.**

9) Os comunistas e revolucionários organizados no interior da *Frente* devem **mostrar às massas que a solução definitiva dos problemas existentes só será possível no socialismo.** Isto não significa que o programa de luta tático imediato deva ser socialista, ou que a construção do socialismo deva ser levantada como bandeira imediata; pois isto seria ignorar a necessidade das mediações táticas para mobilizar e organizar as massas. Ao mesmo tempo o socialismo deve ser indicado pela *Frente* como solução necessária, pois **a crise estrutural do capital exige como resposta uma estratégia de transformação estrutural totalizante.**

10) Não se trata de uma “Frente proletária” ou “bloco do proletariado” porque na época atual, ainda mais em um país de capitalismo dependente como o Brasil, é um grande equívoco considerar só o proletariado como força revolucionária. Há milhões de brasileiros que não são proletários, mas formam uma imensa massa oprimida pelo atual bloco de poder e que devem integrar-se no bloco que será o sujeito da revolução brasileira (outros setores das classes trabalhadoras, camponeses, pobres do campo e da cidade, profissionais liberais e certos setores da pequena burguesia). Não se trata propriamente de uma “Frente socialista” e seria inadequado chamá-la de “Frente Anticapitalista”, pois seu programa imediato não é ainda socialista. É uma proposta radical **de organização de uma unidade de massas revolucionária;** e que é ao mesmo tempo ampla e revolucionária porque **tomado em seu conjunto nosso programa é incompatível com o capitalismo monopolista dependente vigente no Brasil (o único capitalismo possível em nosso país), choca-se frontalmente contra ele e o ataca naquilo que ele é mais indefensável, oferecendo um caminho revolucionário concreto para a sua real superação.**

11) A *Frente* deverá ser uma organização política. Assim deve mobilizar, unificar e organizar os setores populares **cumprindo funções de organização política,** e não de “organização de massa” de tipo sindical, central de lutas, união estudantil, associação de moradores, etc. A luta neste tipo de entidade (sindical e de movimento popular) é fundamental para construir a **unidade do movimento pela base,** mas isto é inclusive algo mais amplo do que a Frente pode ser, sobretudo nos seus primeiros momentos de formação. A Frente (e as organizações que a compõem, de forma autônoma, mas com o máximo de unidade possível) deve ter o papel de levar para estas entidades do movimento popular uma direção política, propostas táticas, organizativas e de forma de luta que permitam dar maior consequência a estes movimentos. Assim devemos ter uma política unitária para conquistar as reivindicações e ao mesmo tempo, pela nossa firmeza na luta para dar uma



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

direção consequente (fortalecida pela unidade das forças da Frente), subtrair amplas massas de trabalhadores e de lutadores do povo da influência dos partidos conservadores e conciliadores, da burocracia sindical pelega e de outras tendências oportunistas.

12) O partido que queremos construir é **um partido de vanguarda** (não só de quadros teóricos, mas composto exclusivamente por militantes revolucionários), um **partido proletário revolucionário com fundamentação teórica marxista e leninista, com ideologia e objetivos comunistas**; busca ter um **programa estratégico fundamentado na compreensão teórica marxista do desenvolvimento totalizante da humanidade e da formação social brasileira**; tem que **combinar o trabalho legal e o ilegal** subterrâneo, interagir com a legalidade e manter o principal das suas forças mergulhada nas ações revolucionárias (que, obviamente, a partir de certo nível, não são toleradas no plano legal). **A Frente deverá ser mais ampla**, em uma situação “normal” deverá atuar exclusivamente no plano legal, não precisa assumir todo o programa estratégico da organização revolucionária. A proposta é que “a frente” não se confunda com um novo partido e nem como um partido de tendências. Tal Frente seria composta por: partidos (legalizados ou não), correntes, agrupamentos, movimentos, setores religiosos de várias origens, militantes, personalidades políticas e segmentos avançados de massas, bastando que se identifiquem, completa ou parcialmente, com os anseios nacionais, democrático-radicais, populares e socialistas articulados em torno de um programa de exigências anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias.

RELAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE *FRENTE* E *FÓRUM UC*

1) Tanto a *Frente* quanto o *Fórum* são uma possibilidade objetiva e uma necessidade histórica real para impulsionar a formação do bloco histórico revolucionário capaz de transformar a realidade brasileira. Os processos de construção da *Frente* e do *Fórum* são, portanto, tarefas dialeticamente interligadas. **A unidade dos comunistas deve formar o núcleo duro da necessária luta pela hegemonia proletária no interior da Frente.** A consolidação do *Fórum* deve ser pensada como um aspecto essencial da formação da própria *Frente*; que, por sua vez, em interação dialética recíproca com o primeiro, é indispensável para a criação do espaço político necessário para a reorganização e crescimento do movimento comunista. Então o enfrentamento dos problemas do *Fórum* é um dos momentos fundamentais do processo de formação da *Frente* e vice-versa. **Estas tarefas são co-determinantes; e devem ser enfrentadas não uma antes da outra, mas en route, buscando a elaboração combinada de políticas viáveis para transformar ambos os projetos em poderosas realidades efetivas.** Será na base da unidade de ação impulsionada pela *Frente* que se poderá organizar um poderoso movimento de massas que **supere a lacuna entre metas imediatas e objetivos estratégicos**, construindo o **movimento revolucionário como um movimento de massas intransigente, organizado e consciente.** Será na base da unidade de ação das organizações comunistas na *Frente* e no *Fórum*; organizando a luta nas fábricas, empresas, instituições chaves e latifúndios, “nas escolas, nas ruas, campos, construções”, que surgirá um movimento de massas revolucionário e com consciência socialista capaz de dar sustentação ao **renascimento do verdadeiro partido comunista**, como partido de vanguarda profundamente ligado às massas.



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

SINDICAL

1) Centralidade do trabalho na luta emancipatória contemporânea:

Nas últimas décadas tornou-se dominante - não só entre apologistas da ordem, mas em parte da *intelligentsia* radical e de esquerda - a defesa de teses que formam um problemático "senso comum" em torno da negação da centralidade da categoria trabalho (como atividade produtiva e modelo de toda práxis e seu papel na estruturação objetiva das relações de produção e como "momento predominante" na produção e reprodução do homem na sociedade e da sociedade como totalidade) e a negação do papel revolucionário do proletariado (a classe dos trabalhadores assalariados explorados pelo capital) na luta pela emancipação humana.

Houve de fato várias mudanças no perfil e distribuição do proletariado (seja por ramos da economia, seja em termos geoeconômicos). Empiricamente, se forem examinadas as estatísticas da OIT no último meio-século, fica evidente que houve um gigantesco crescimento do proletariado em escala mundial e em todos os continentes; algo que se mantém se considerarmos variações médias relativas de cerca de dez anos (e não oscilações curtas em épocas de crise) e se não reduzirmos o proletariado aos trabalhadores manuais. O proletariado é "a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver" (Nota 1 de Engels ed. de 1888 do Manifesto Comunista); excluindo os que por seus rendimentos elevados podem acumular capital suficiente para viver de juros e aqueles cuja função única é gestonária (definição clássica assumida por Lênin: Observações ao Projeto de Programa de Plekhanov do POSD russo 1902, Obras Completas v. 6); mas incluindo todos os desempregados que não se tornaram pequenos empresários (Cf. Marx - O Capital I, cap. XXIII sobre o "exército industrial de reserva"). O próprio proletariado industrial produtivo (de mercadoria, que combina trabalho concreto produtor de valor de uso e trabalho abstrato criador de valor de troca) se ampliou com a proletarização dos trabalhadores do campo e com os que integram o "trabalhador coletivo" (Cf. Id. O Capital I, esp. cap. XIV; e Cap. VI Inédito). A classe como um todo inclui ainda os trabalhadores do comércio, dos bancos e dos serviços que também fazem parte do proletariado, isto é, os "trabalhadores improdutivos" para o capital em geral (pois não transformam a natureza produzindo e transportando mercadorias - unidade de valor de uso e valor de troca - e, portanto não produzem o "conteúdo material da riqueza social" nem incrementam a massa global de mais-valia), mas que são produtivos para os capitalistas destes ramos, pois permitem que eles valorizem seus capitais e participem do rateio da mais-valia (Cf. Id. O Capital II cap. VI e III cap. XVII). Nos EUA o proletariado aumentou em números absolutos de 62 milhões em 1950 para 124 milhões em 1990; ainda que no chamado "terceiro setor" houve um crescimento proporcionalmente maior (passou de 22 para 78 milhões). Se considerarmos as estatísticas sobre o período mais recente, entre 1990 e 2005, verificamos que a força de trabalho mundial passou de 1,43 para 1,93 bilhões de pessoas. Ainda que o setor de serviços aumente proporcionalmente muito mais (e mais rápido), o emprego na indústria (em sentido amplo) vem aumentando nos últimos 50 anos em termos absolutos numa média em torno de 3% ao ano; e num ritmo em torno de 5% no chamado "terceiro mundo" (Cf. BIT - Le Travail dans le Monde, Genève, 1984, 1991, 1996 e 2006 e US Department of Labor, Montly Labor Review, 1991).



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

Assim como não podemos compreender as leis de movimento do modo de produção capitalista sem a categoria marxiana de "capital social total", também é impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho (nacionalmente diferenciado e socialmente estratificado) sem ter presente o irreconciliável antagonismo entre o capital social total e a "totalidade do trabalho". A relação capital-trabalho não é simétrica: o capital depende absolutamente do trabalho, mas a dependência do trabalho diante do capital é historicamente superável. Os movimentos populares e suas modalidades de luta (ecológica, feminista, de nações espoliadas e etnias discriminadas, de jovens e estudantes, de homo-afetivos, etc) contra a opressão, possuem significado relevante e positivo na busca de uma individualidade e uma sociabilidade rica de sentido humano. Mas deve-se ter presente a centralidade das classes trabalhadoras expropriadas e exploradas (que atravessam aqueles movimentos) nas transformações que se opõem à lógica de acumulação de capital e o protagonismo estratégico do proletariado como um todo (tendo por "núcleo de vanguarda" o proletariado industrial produtivo) como sujeito revolucionário na luta pela supressão do capitalismo, capaz de ser consequente até o fim na luta para superar o domínio do capital e estabelecer um modo viável de controle socialista da produção e reprodução social. Esteve em voga a teoria da "integração definitiva do proletariado no capitalismo organizado". Hoje, com a crise estrutural, o capitalismo está "desorganizado", mas persiste a "integração regressiva" de lideranças e organizações que se reclamam representantes dos trabalhadores. O proletariado pode ser temporariamente privado de uma liderança com consciência de classe, mas não pode ser "integrado" ao sistema do capital (incapaz de impedir a agudização de suas contradições e antagonismos estruturais). Por isto a reorganização do movimento socialista, em oposição às lideranças oportunistas, é um desafio inevitável. O desenvolvimento do proletariado, como classe hegemônica autosuperadora, segue como principio estratégico para a revolução da nossa época. Uma revolução do trabalho (na medida em que as classes trabalhadoras, sob a hegemonia do proletariado, formam o sujeito coletivo das lutas emancipatórias com capacidade objetiva de estabelecer uma alternativa histórica viável ao domínio do capital) e uma revolução no trabalho (na medida em que deve auto-abolir o trabalho abstrato e alienado, abolir sua própria subordinação estrutural ao capital bem como a subordinação de qualquer classe por outra, instaurando uma sociedade baseada do trabalho concreto emancipado que produz coisas socialmente úteis e amplia cada vez mais o campo de liberdade da auto-atividade humana).

2) A Estrutura de Sindicalismo de Estado e sua Reciclagem:

A estrutura de Sindicalismo de Estado (implantado no Brasil nos anos 30, inspirado na *Carta del Lavoro* de Mussolini) é o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado (Executivo, Judiciário ou Legislativo) tendo como base a necessidade do reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado. Deste fundamento - a "investidura sindical" por um ramo do aparelho do Estado - dependem todos os demais elementos que compõem a estrutura: unicidade sindical obrigatória (o Estado reconhece um sindicato único e outorga a representação dos trabalhadores sob a forma de monopólio por força de lei), a tutela do Estado sobre a atividade reivindicativa do sindicato (particularmente da Justiça do Trabalho, que emite sentenças aplicadas não só aos associados do sindicato, mas ao conjunto da categoria), as contribuições sindicais compulsórias (imposto sindical e outros; a "carta sindical" define a entidade



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

que exerce legalmente esse poder tributário delegado pelo Estado). Uma estrutura sindical cuja representatividade e recursos materiais são uma outorga do Estado por força de lei (coesionado por uma ideologia legalista que estimula o "fetichismo do Estado") gera um aparelho sindical integrado ao Estado e separado dos trabalhadores (Cf. A. Boito Jr. - O Sindicalismo de Estado no Brasil).

Marx e Engels em sua luta contra o "bismarkismo" de Lassale e depois Lênin e Rosa Luxemburgo nas polêmicas contra o "revisonismo" demonstraram que certo tipo de sindicalismo desempenha funções conservadoras; mas que a unidade sindicalismo-revolução é possível e indicaram os meios pelas quais ela pode se dar: 1) como meio de acumulação de forças, base para o crescimento da organização política independente do proletariado e o desenvolvimento massivo de sua consciência de classe; 2) contribuir para o desencadeamento de crises revolucionárias; 3) integrar as massas na luta pelo poder de Estado, utilizando seus meios típicos de luta (greves) como instrumento de apoio de uma insurreição. Já a função do sindicalismo de Estado é sempre (a despeito de suas variações conjunturais) manter a hegemonia burguesa sobre o movimento sindical inviabilizando um sindicalismo classista. No caso brasileiro favorece a manutenção da ordem capitalista autocrática e permanentemente dependente: 1) Ao contrário dos movimentos sindicais autônomos (onde a separação entre sindicalismo e socialismo é apenas uma possibilidade) a estrutura sindical tutelada mantém de modo inevitável a separação entre a luta sindical e a luta revolucionária. 2) Submete o movimento sindical aos interesses que tem hegemonia no bloco de poder (o próprio "sindicalismo oficial de oposição" fica dependente das fissuras entre os interesses de fração dos diversos setores burgueses, sem sair do terreno do interesse geral do bloco dominante). 3) Debilita a ação sindical reivindicativa que fica aquém do "tradeunionismo tradicional" (um sindicalismo sob hegemonia burguesa, mas com maior eficácia na luta reivindicatória). O sindicalismo integrado ao aparelho de Estado implica uma profunda desorganização da luta reivindicativa dos trabalhadores por melhores salários e melhores condições de trabalho. O sindicalismo de Estado é um sistema que intervém para manter os trabalhadores dispersos e desorganizados, seleciona dirigentes sindicais governistas e aburguesados e torna a luta sindical "moderada" e a reboque das empresas monopolistas (gerando um sindicalismo frágil mesmo para os padrões latino-americanos).

O sindicalismo de Estado original foi destruído com a derrota do nazi-fascismo e depois com o fim das ditaduras de Franco e Salazar. Seu equivalente na América Latina, implantado por governos caracterizados como "populistas", tornou-se ferramenta das ditaduras e foram sendo eliminadas com o seu refluxo. No Brasil, a supressão pela Constituinte de 1988 do modelo ditatorial de gestão e controle governamental sobre os sindicatos oficiais (com seu repressivo e pomenorizado estatuto padrão) não eliminou, mas ao contrário (devido à ação do "Centrão", com a colaboração de Roberto Freire e do PCdoB) preservou (ainda que reformada) a velha estrutura do sindicalismo de Estado e seus elementos centrais. O Brasil não ratificou Convenção 87 da OIT (que trata a plena liberdade sindical como direito humano fundamental e determina a proteção contra praticas antissindicais) e a Constituinte manteve (art. 8º) a necessidade de reconhecimento do Sindicato pelo Estado, a unicidade e os "impostos sindicais"; preservou (art. 111 a 114) a estrutura da Justiça do Trabalho e sua tutela sobre o movimento sindical. Florestan Fernandes, então deputado constituinte, fez uma análise precisa da questão: "o § 3º do art. 9º do novo projeto de constituição restringe a liberdade sindical proclamada (...) a unicidade sindical corre pelo leito de



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

uma conciliação arraigada (...) o empresariado logrou um triunfo enquanto a CUT perdia sua maior batalha na Constituinte. O 'novo sindicalismo' e a revolução democrática sofreram um revés; as correntes que vêm do passado venceram". Contra este projeto Florestan propôs: "Dê-se nova redação ao art. 9º da Constituição: 'É livre a associação profissional ou sindical em todos os níveis; a aquisição da personalidade jurídica de direito privado se dará mediante registro em cartório; §1º a lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato; § 2º é vedada ao Poder Público qualquer interferência na organização sindical (...)" (Fernandes, F. - "Sindicato Único e Pluralidade Sindical", In: Jornal do Brasil, 02/11/1987).

3) A Degeneração da CUT e as contrarreformas Sindical e Trabalhista do Governo Lula e Dilma:

O movimento que criou a CUT foi gerado num contexto de crise da ditadura e ressurgimento das greves de massa (organizadas e dirigidas por fora dos sindicatos oficiais a partir da participação militante dos operários no local de trabalho). Sem respeitar o "calendário de datas-base", surgem greves simultâneas em São Paulo e no ABC, atemorizando a burguesia que, diante da possibilidade de uma "greve geral por contágio da base", atendeu as reivindicações. O momento mais crítico da crise da ditadura coincidiu com a reorganização do movimento operário em 1978; quando as correntes anti-pelegas articuladas no ENTOES propuseram a organização imediata de uma Central de Trabalhadores para unificar nacionalmente o movimento e romper com a estrutura do sindicalismo de Estado. O governo Figueiredo realizou a "abertura sindical" que liberalizava o controle do Estado sobre os sindicatos, mudou a política salarial para conter a onda grevista e decidiu negociar só com as diretorias de sindicatos oficiais; buscando reciclar os pelegos para "disciplinar" e boicotar por dentro o movimento. O grupo majoritário do novo sindicalismo, preso à ideologia da legalidade sindical, se desviou da luta consequente pela autonomia sindical: derrotou a ala esquerda e abandonou a proposta de realização de um Congresso Sindical sem os pelegos. O I CONCLAT só se realizou quatro anos depois em 1981 e só formam a CUT em 1983, quando após muita vacilação "racham" com os pelegos que vinham conseguindo protelar sua criação. A ditadura ganhou tempo para levar adiante sua auto-reforma que desemboca no "tancredismo", usando os pelegos para bloquear a unificação, na base e no topo, de um movimento sindical de massas.

O campo majoritário na direção da CUT - apesar de proclamar a intenção de romper com o modelo de organização sindical vigente; defendendo a liberdade sindical e a oposição à unicidade, ao imposto, à tutela da Justiça do trabalho - na prática negava o que este discurso afirmava e caminhava para integrar-se ao sindicato oficial. No Congresso de Fundação (1983) derrotou as propostas que previam alguns tipos de filiação à CUT por fora da estrutura sindical oficial. O III CONCUT, em 1988, reforça essa integração ao diminuir o peso das oposições sindicais. Ainda assim o I CONCUT, em 1984 aprova o documento Por Uma Nova Estrutura Sindical; em que defende a revogação dos artigos da CLT sobre a unicidade e os impostos sindicais. A CUT seguiu como uma Central combativa nos anos 80, apesar de permanecer mais como uma "referência" e não como uma direção efetiva dos trabalhadores. Bloqueada na base pelo efeito dispersivo da estrutura sindical oficial (que "para na porta das empresas") a CUT não conseguiu alcançar uma ampla e efetiva organização nos locais de trabalho, condição para um sindicalismo efetivamente enraizado nas massas. A virada a direita começa no III CONCUT, que realiza mudanças estatutárias limitando



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

a participação da base e cria uma estrutura verticalizada, burocrática. Esta virada se consolida no IV CONCURTO (1991): limitou ainda mais a democracia interna e filiou a CUT à CIOSL, central internacional que pratica o "sindicalismo de negócios" e defende posições conservadoras e pró-imperialistas (apoiou golpes e ditaduras militares e várias guerras de agressão deflagradas pelo imperialismo). Nos anos 90 a CUT passou a receber dinheiro do FAT, substituiu a formação política pela formação profissional (função dos patrões); abandonou a luta direta dos trabalhadores para privilegiar a participação nas câmaras setoriais e fóruns tripartites, legitimando o processo de retirada de direitos dos trabalhadores. A CUT tornou-se parte da estrutura do sindicalismo de Estado. A manipulação política da distribuição de cartas sindicais pelos governos da "Nova República" faz parte da lógica de funcionamento da estrutura sindical: preservou o sindicalismo de conciliação de classe, mantendo inclusive a força do velho peleguismo, que continua com uma amplitude e presença nacional que não teria se o país vivesse plena liberdade sindical. Esta integração perverteu o "novo sindicalismo cutista", cujas correntes majoritárias vergaram aos efeitos políticos e ideológicos que incidem sobre as forças que se acomodam nos sindicatos oficiais: burocratismo, legalismo, descrença na capacidade de auto-organização dos trabalhadores; falta de estratégia classista e adoção das táticas defensivas (economicistas e fragmentadas corporativamente) do sindicalismo de negócios (chamadas com eufemismo "de resultados" ou "propositivo"). A CUT divulgou documentos considerando "inevitável" a "reestruturação produtiva": os mitos da "flexibilização" e "desregulamentação", que na realidade significam desemprego e uma implacável precarização da força de trabalho. A prática dos anos 90 mostrou que ser "propositivo" significa disposição de entregar direitos.

O processo de degeneração político-ideológica da CUT não pode ser entendido sem levar em consideração o "transformismo" do partido que a dirige. Com a chegada do PT ao governo federal a cooptação transformou-se em promiscuidade: a CUT se transformou num "ministério do governo Lula". A CUT apoiou a 2ª Reforma da Previdência, opondo-se a greve convocada pelas entidades dos servidores públicos. Foi emblemática a ação de Lula em 2003 impondo a eleição de Marinho para presidente da CUT, personagem que em 2005 é cooptado para Ministro do Trabalho. Diante da crise atual, a CUT, depois de embarcar no discurso lulista que a reduz a "marolinha", passou a apoiar a doação de dinheiro público para salvar grandes empresários, além de aceitar reduções salariais impostas pelos patrões. A CUT e a Força Sindical se aproximam e participam em conjunto do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), fórum tripartite criado pelo governo Lula em 2003 para "produzir consensos" entre três "bancadas" (entidades patronais e de trabalhadores e governo) sobre as "reformas" sindical/trabalhista. O FNT propõe uma reforma sindical que altera os artigos 8º e 11º da Constituição, os substituindo por 238 artigos. Essa contrarreforma sindical previa o reforço da estrutura sindical, do poder tutelador do Estado, da incorporação das centras sindicais em todos os pilares da estrutura sindical, e um controle mais rígido que inviabilizava o direito de greve. Desse bojo, o "reconhecimento" das centrais sindicais em 2008, e a criação do Conselho de Relações de Trabalho (CRT) em 2010, aprofundou a pulverização das cúpulas em mais de 12 centrais sindicais registradas e 5 reconhecidas (CUT, FS, CTB, NCST, UGT). Desse processo, praticamente todas as centrais sindicais reconhecidas fazem parte da base de apoio de governo e referendam as suas medidas. Medidas como o que alguns chamam de "lei anti-grevo" que pretende coibir e limitar ao



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

máximo esse direito, e a proposta de uma nova contribuição sindical compulsória por negociação (apoiada pela CUT), são algumas das propostas ainda com possibilidade de serem implementadas. A despeito do discurso de Lula - que iniciou o debate no FNT alegando primeiro "fortalecer os sindicatos" para depois realizar a reforma trabalhista - esta vem sendo realizada sutilmente e sem debate. Trata-se é claro da continuidade da contrarreforma trabalhista de FHC, pois Lula segue "flexibilizando" direitos: o Contrato de Primeiro Emprego e a Lei do Super Simples impõe perdas materiais (eliminação de direitos) e tem o efeito ideológico de estimular a divisão de trabalhadores, criando "cidadãos de segunda classe". A Super-Receita (Lei 1457/07) cria a "pejotização", que elimina a fiscalização dos auditores da Receita Federal sobre os reais vínculos empregatícios entre empresas que contratam os serviços e os indivíduos que se apresentam como pessoa jurídica ("pj"); fraudando o pagamento de direitos trabalhistas e encargos sociais. O PAC, desrespeitando acordos com setores do funcionalismo, restringe, por 10 anos, o aumento salarial à variação da inflação mais 1,5%. O PLC 92/07 ameaça o serviço público ao criar "fundações públicas de direito privado" em áreas que devem ser responsabilidade do Estado (saúde, educação, assistência social, cultura, ciência e tecnologia, meio-ambiente, etc.) que poderão contratar funcionários segundo as regras do setor privado. A 3ª Reforma da Previdência está para ser aprovada nesse ano de 2013, aumentando o do tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria.

4) Por uma nova Central das Classes Trabalhadoras, classista, combativa e independente do Estado:

A fragmentação dos campos sindicais em centrais sindicais também atinge a esquerda mais combativa. Nossa participação na construção da CONLUTAS em 2004 e a saída em 2008, devido a problemas de posturas hegemônicas e nem um pouco sensíveis à ideia de unidade desses setores é apenas uma das experiências. Em 2006, correntes internas do PSOL, a ASS e o PCB constroem a Intersindical, com políticas de combate as contrarreformas do governo Lula mas com divergências com a CONLUTAS por permitir a participação de alguns setores ainda na CUT. Em 2009, a Intersindical sofre uma ruptura, em duas organizações em que uma reivindica a unidade com setores que ainda constroem a CUT e negam a possibilidade de construção de uma outra central sindical com a CONLUTAS, e outra organização que defende esse processo. A aproximação entre Conlutas e Intersindical - promotoras (ao lado do MST e das pastorais sociais) em março de 2007 do Fórum Nacional de Mobilizações Contra as Reformas chegando no Seminário de novembro de 2009 à convocação deste CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora) – formou a possibilidade construção de uma central sindical que acabou fracassando em 2010, pelas divergências acerca do caráter da central. Nesse Congresso defendemos a construção de uma Central das Classes Trabalhadoras, que tivessem como ponto de aglutinação a centralidade do trabalho, além de uma Coordenação Nacional de Lutas Populares mais ampla para organizar os movimentos mais específicos das classes trabalhadoras.

Seguimos defendendo a constituição de uma Central das Classes Trabalhadoras: classista e combativa; independente dos patrões, do Estado e das igrejas; com uma democracia construída pela base e organizativamente autônoma em relação aos partidos políticos; que organize os trabalhadores do campo e da cidade, do setor privado e do setor público, bem como "formalizados" e



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

"precarizados". Sabemos que esse processo não é imediato, mas é necessário construirmos essa bandeira de unidade com os setores mais combativos e consequentes do movimento sindical.

A luta pela Liberdade e Autonomia é uma tarefa central das forças empenhadas na Reorganização do Movimento das Classes Trabalhadoras que procuram unir a luta sindical à luta pelo socialismo, elaborar táticas de luta adequadas contra a estrutura de sindicalismo de Estado. Não basta a (correta) denúncia das Centrais pelegas e de como a CUT se transformou numa agente da política do Estado autocrático burguês de criar uma burocracia estatal no seio da classe trabalhadora. É necessário ter claro que o problema não se limita ao controle visivelmente externo do Estado; pois o sistema vigente tornou a integração ao Estado burguês algo inscrito na própria estrutura organizativa interna dos sindicatos oficiais. A liberdade sindical exige a extinção do sindicato oficial. Isto não será uma concessão do Estado burguês; será necessário que o movimento nacional de reorganização assuma na prática e sem ambiguidades a luta contra o sindicalismo de Estado. O processo deve combinar uma adequada concepção de construção da Central (objetivada em seus estatutos) que, além da coerente recusa dos famigerados impostos sindicais, promova a participação efetiva da base (inclusive das oposições sindicais e de sindicatos e associações não oficiais), com a reconstrução do movimento pela base, organizado nos locais de trabalho, para além da fragmentação compulsória dos trabalhadores em categorias profissionais.

Os sindicatos devem ser independentes dos partidos, mas não podem ser neutros politicamente (pois a despolitização só serve para reforçar a influência burguesa sobre os trabalhadores). Há uma racionalidade classista: a construção da unidade nas greves e lutas reivindicativas não exclui o necessário debate das divergências políticas; mesmo na questão relativa à como se deve lutar para conseguir conquistas e melhorias dentro da ordem. A Central das Classes Trabalhadoras (e não só os partidos de esquerda) deve assumir um programa de profundas transformações sociais que combine soluções para as necessidades emergenciais mais sentidas do povo trabalhador com a acumulação de forças na formação de um bloco proletário e popular organizado e mobilizado em torno de um projeto com um horizonte socialista (e não fique amarrado às ilusões da conciliação de classes e à administração da crise do capital). O fundamental é ter claro que partidos e sindicatos das classes trabalhadoras devem ser combativos nos terrenos econômico e político ao mesmo tempo. A questão ficou obscurecida por práticas equivocadas em países em transição para o socialismo (em que os sindicatos foram muitas vezes degradados à condição de "correia de transmissão" da propaganda oficial), pelo aparelhismo oportunista realizado inclusive por partidos de esquerda, pelo cretinismo eleitoral e, mais recentemente em nosso país, pela promiscuidade entre a CUT-PT-Estado. Na realidade foi o Estado burguês que sempre buscou tornar ilegal a ação política dos sindicatos, buscando tolher o imenso potencial combativo dos trabalhadores; além de pressionar os partidos proletários e populares a se restringir à ação eleitoral e parlamentar. O próprio PT afastou-se, já ao final dos anos 80, de uma atuação militante nas fábricas e no movimento sindical combativo real; o sindicalismo oficial induz ao antipartidarismo (forma enviesada de manifestação do estatismo).

A crise estrutural recoloca a questão da difícil e imprescindível articulação entre interesses imediatos e a necessidade estratégica de uma ofensiva socialista. É certo que a crise confronta os trabalhadores com problemas imediatos angustiantes: desemprego, aumento da exploração e aceleração dos ritmos de trabalho, arrocho salarial e retirada de direitos sociais, ataque às liberdades



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

e direitos políticos conquistados. O movimento proletário não pode se contentar em opor à crise a mera proclamação da necessidade de uma luta anticapitalista: não há melhor meio para desencadear este combate geral do que algumas lutas parciais bem sucedidas, que demonstrem na prática que os trabalhadores podem defender seus empregos, seus salários, seus direitos conquistados e ainda impor aos de cima novos direitos e o atendimento de suas reivindicações mais sentidas. No entanto, todo sucesso em um combate defensivo será frágil e provisório e, na medida em que continuarmos no capitalismo, a lógica do capital em crise estrutural se imporá contra os trabalhadores, com a perversidade redobrada de um período de desemprego massivo e tendência à depressão econômica crônica. Por isto toda luta defensiva deve se integrar numa estratégia revolucionária socialista totalizante, que permita tornar cumulativas as vitórias parciais, e ligue efetivamente a mobilização dos trabalhadores por reivindicações transitórias ao combate às causas fundamentais da exploração e opressão que nos atinge.

5) Construir a Federação Sindical Mundial (FSM):

Essa é a entidade sindical internacional mais combativa da atualidade. O PCLCP orientará a participação do Movimento Avançando Sindical nos fóruns da FSM como observador, defendendo o internacionalismo proletário em tempos que a ofensiva do capital devasta e precariza o trabalho no mundo todo. Nesse sentido, é tarefa dos comunistas construir a filiação e a participação dos sindicatos em que temos atuação junto à FSM.



PROGRAMA TÁTICO

Sumário:

Eixo I: Expandir as liberdades democráticas

Eixo II: Mudar as instituições em benefício das classes populares

Eixo III: Combater os monopólios e o imperialismo para um desenvolvimento com soberania e elevação do nível de vida do povo

Eixo IV: Defender e ampliar as conquistas trabalhistas

Eixo V: Eliminar o desemprego, a fome e a miséria

Eixo VI: Realizar a reforma urbana

Eixo VII: Efetivar a reforma agrária antilatifundiária

Eixo VIII: Constituir novas relações socioambientais

Eixo IX: Garantir o acesso universal à saúde pública, estatal, gratuita e de qualidade

Eixo X: Desmercantilizar e reformar profundamente a educação

Eixo XI: Prevenir e garantir a segurança pública

Eixo XII: Favorecer o protagonismo popular na cultura

Eixo XIII: Orientar a política externa, pela soberania nacional, autodeterminação e solidariedade aos povos



Eixo I

EXPANDIR AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

1) Fortalecer os órgãos de luta popular e a participação do povo no exercício das funções públicas e gestar embriões do poder popular:

- A soberania popular não pode limitar-se a esfera política (pelo ritual periódico de eleições legitimadoras e a perpetuação da separação alienada entre Estado e “sociedade civil”); mas deve desde já buscar a articulação entre planejamento nacional (democrático e abrangente) e autogestão dos trabalhadores na base em todas as instituições-chaves da sociedade; o que deve se estender do sistema de serviços públicos às grandes empresas produtivas públicas (e de certo modo nas privadas, onde o poder de controle dos investidores e proprietários não seriam mais absolutos, como já não o são na Venezuela) aos meios de comunicação de massa e à construção democrática do orçamento federal (e dos demais entes da federação);

- Criar várias instituições de democracia direta e “Conselhos populares” (conselhos de local de moradia, conselho de trabalhadores, conselhos camponeses, etc.) como órgãos de luta, mas, também, como embriões de poder popular; isto é, como meio de representação e participação de trabalhadores e protagonismo popular no exercício de funções públicas como proposta factível de descentralização democrática: articulando o planejamento estatal a nível central com a transferência ao povo organizado de numerosas competências, poderes e funções; que a partir da enraizada representatividade vá adquirindo poder de legislação e gestão em suas comunidades [em moldes semelhantes ao proposto por Chávez no Referendum Constitucional de 2007 (artigos 70 e 136)].

- valorização do plebiscito e do referendo, acionando-os para os temas de maior repercussão e interesse nacional e popular;

- realização sistemática de fóruns com entidades representativas, para consultas e formulações de políticas setoriais;

- ampla divulgação pública dos projetos de lei em debate e abertura das casas legislativas à população, com mecanismos de consulta, debate e proposição sobre as questões que tramitam nos parlamentos.

2) Ampliar a liberdade política e reformar as leis eleitorais e partidárias:

- efetiva liberdade de organização de partidos políticos, com direito de apresentação a eleições mediante simples comunicado formal à Justiça Eleitoral, após aquisição de personalidade jurídica por meio de registro em cartório;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- fim da cláusula de barreira e instituição de mandatos eletivos por meio de proporcionalidade direta entre as legendas partidárias;
- financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, com proibição de financiamento privado por pessoas físicas, empresas e entidades;
- manutenção do voto proporcional para os mandatos parlamentares e eliminação das distorções na composição da Câmara Federal, implantando-se a proporcionalidade direta entre população e parlamentares a partir da mesma representação básica para os Estados e o DF;
- revogabilidade dos mandatos executivos, com consulta regulamentada em lei;
- proibição das propagandas disfarçadas, limitando-se as campanhas governamentais na mídia a esclarecimentos de utilidade pública sobre serviços estatais.

3) Aprofundar os direitos dos jovens, mulheres, povos originários, setores discriminados e pobres em geral:

- aplicação das conquistas democráticas contempladas no Programa Nacional de Direitos Humanos 3;
- combate a todas as formas de opressão, preconceito e injustiça;
- políticas contra o racismo e o racialismo (palavra cunhada para designar abordagem científica sobre a existência de distintas “raças” humanas);
- garantia de laicismo nos espaços públicos, contra todas as formas de confessionalismo;
- plena liberdade de expressão religiosa, manifestação artístico-cultural, diversidade étnica e orientação sexual;
- luta contra o tradicionalismo arcaico na vida cotidiana, nos costumes e na cultura, favorecendo o surgimento de novos valores morais voltados à efetivação da real liberdade individual e coletiva a partir da realização da igualdade substantiva entre os seres humanos;
- políticas para apoiar a liberação das mulheres, alcançar de fato a igualdade substantiva e enfrentar todas as formas de patriarcalismo e machismo. Apoio ativo à revitalização do movimento feminista pela igualdade substancial da mulher, concebendo este movimento como parte do movimento democrático radical e socialista (contra a perspectiva antimilitante, não engajada socialmente, fragmentadora e despolitizante dos pós-modernos);
- apoio às necessidades sociais características das mulheres, inclusive à obrigatoriedade de creches nas empresas onde os funcionários tenham, no conjunto, pelo menos 20 filhos em idade necessitada;
- garantia legal à liberdade de união civil entre pessoas de quaisquer sexos e pelos motivos que julgarem pertinentes, com plenos direitos;
- universalização da assistência pública, gratuita e de qualidade à gestação, ao parto, ao pós-parto e ao desenvolvimento pleno da criança, inclusive com bolsa integral do Estado à grávida sem condições de autossustentação;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- implantação efetiva de medidas protetivas, de acolhimento e de acompanhamento previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e na Lei Maria da Penha;
- direito da mulher a dispor do próprio corpo, inclusive ao aborto em rede pública de saúde, certificando-se de que esteja isenta de coação e consciente de sua decisão, condição a ser verificada através de processo administrativo em prazo sumário, ouvido o parceiro, findo o qual a decisão passa a ser exclusiva da requerente se portadora de plena capacidade civil;
- garantia aos direitos das populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas, inclusive o acesso de seus descendentes aos serviços públicos, fortalecendo-se as suas iniciativas de ocupação democrática do território e respeitando-se a sua diversidade cultural.

4) Eliminar a herança da ditadura militar e o regime autocrático-burguês:

- garantias institucionais contra violações a direitos civis e políticos;
- eliminação de todo aparato, militarizado ou não, de espionagem e repressão política contra os movimentos e organizações populares;
- fim da criminalização dos movimentos populares e manifestações de massas;
- abertura dos arquivos e documentos secretos do regime implantado pelo golpe militar de 1964;
- entrega às famílias dos restos mortais dos opositores mortos e enterrados clandestinamente durante o regime militar;
- caracterização definitiva da tortura como crime de lesa humanidade, inafiançável, imprescritível e imune à anistia, lutando-se para modificar o entendimento do STF a respeito;
- reparação a cidadãos e familiares atingidos pela repressão pós-1964;
- Ampliação das atribuições da “Comissão Nacional da Verdade” para a apuração dos crimes cometidos e acobertados durante o regime ditatorial, com averiguação dos fatos e punição aos culpados na forma da lei, para comprovar-se que a grande maioria dos militares não é responsável pelas atrocidades e livrando-se as Forças Armadas de figuras que fazem apologia da tortura e acobertam os criminosos.

5) Democratizar os meios de comunicação:

- revisão das concessões de rádio e TV, de acordo com o interesse público;
- eliminação do favorecimento político nas grades das programações;
- fortalecimento do sistema público-nacional de imprensa;
- fim da criminalização das rádios comunitárias e acesso de movimentos e entidades populares à mídia;
- garantia de acesso gratuito e universal aos benefícios da informática, inclusive à utilização de banda larga sob regime público.



Eixo II

MUDAR AS INSTITUIÇÕES EM BENEFÍCIO DAS CLASSES POPULARES

1) Rever as relações intrafederativa e entre os Poderes:

- reestruturação do Senado, com a eliminação de seu papel revisor e a sua transformação em Comissão Federativa;
- reforma do pacto federativo, com a correção da hipertrofia do Executivo Central, a superação das competências apenas residuais dos Estados, a distribuição mais equitativa da receita pública e relações equilibradas entre os vários entes;
- reforço às funções de fiscalização e controle da Câmara Federal e das Assembleias Legislativas sobre os Poderes Executivo e Judiciário;
- fim das prerrogativas concedidas a fundações privadas na gestão pública.

2) Valorizar os serviços públicos:

- expansão dos gastos estatais com serviços à população, priorizando-se as políticas sociais e os investimentos infraestruturais;
- manutenção e ampliação das políticas de assistência social, com a reversão das tendências focalizadoras e o fortalecimento dos direitos universais;
- redução das funções comissionadas e fim da terceirização na administração pública, com ampliação quantitativa, por meio de concursos, dos funcionários efetivos;
- promoção dos servidores, com salários melhores, condições de trabalho adequadas, fortalecimento das carreiras típicas de Estado, capacitação integral e aproveitamento de quadros permanentes nos órgãos governamentais;
- vedação de atividades terceirizadas e privatizadas na Justiça, com investimento em sua infraestrutura, agilização de suas funções e instauração do controle social sobre suas atividades, evitando-se que a Justiça do Trabalho seja usada para reprimir manifestações reivindicatórias, valorizando-se o juizado de pequenas causas e multiplicando-se as varas dedicadas a interesses populares específicos;
- implantação da Defensoria Pública em todas as Comarcas do País.

3) Democratizar as relações dos órgãos estatais com a população:

- abertura integral das contas governamentais, especialmente sobre dívida pública, execução orçamentária, investimentos estatais e contratos com empresas privadas;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- moralização da gestão e dos gastos públicos, com publicidade e livre acesso dos cidadãos às informações, sem o que a participação democrática não pode ser efetiva;
- combate à pessoalidade nas relações estatais, especialmente ao capitalismo de compadres exemplificado pelo Proer e pelo favorecimento a bancos, fazendeiros e construtoras a pretexto de combater a crise;
- erradicação da corrupção, do favoritismo nos processos de licitação e demais formas de dilapidação do erário público;
- desburocratização, gratuidade e universalização do acesso de cidadãos a espaços, bens e serviços estatais, principalmente nas áreas de Educação, Saúde, necessidades socioassistenciais básicas, Segurança, Justiça e Defensoria Pública;
- Redução geral nas tarifas dos serviços públicos de uso popular e melhoria de sua qualidade.

4) Preparar as instituições para inverter prioridades:

- retorno do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional à efetiva autoridade do governo federal e das diretrizes econômicas gerais, recuperando-os como instrumentos para a realização de políticas públicas e reorientando suas atividades para a satisfação das condições monetárias, cambiais e de investimentos necessárias ao plano de desenvolvimento integral do País;
- recriação e fortalecimento dos bancos públicos estaduais e regionais;
- subordinação dos investimentos públicos aos interesses das maiorias nacionais, vedando-se o ditado dos grupos privados;
- instituição de novas normas para a administração pública, com vistas a priorizar os interesses populares e nacionais sobre os conceitos de “responsabilidade fiscal” e “eficiência técnica”;
- participação majoritária do Estado em investimentos dirigidos a setores disciplinados por concessões, limitando-se a presença de capital estrangeiro;
- inversão da política de favorecimento aos bancos, grandes empreiteiras e monopólios em geral, reorientando-se o financiamento público para o crédito aos pequenos e médios empreendimentos, com destaque para as operações do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal;
- política fiscal que reduza os impostos indiretos e a carga tributária sobre o trabalho – inclusive alargando-se a faixa isenta de Imposto de Renda –, bem como desonere a pequena empresa, com impostos progressivos na taxação sobre os superlucros dos monopólios, as rendas muito altas e as grandes fortunas;
- instituir leis para a punição de crimes especulativos e de “administração temerária”;
- revogação da Medida Provisória 443, de 22/10/2008, que permite a injeção de recursos públicos em grupos financeiros e construtoras, substituindo-a por um marco jurídico-institucional que garanta mecanismos públicos de supervisão para as intervenções estatais de reestruturação ou liquidação de grandes empresas, impedindo-se as operações oportunistas, a proteção aos



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

responsáveis e os prejuízos do Tesouro Nacional.

5) Reformar as Forças Armadas:

- eliminação da tutela militar sobre os Poderes da República, a começar pela alteração do artigo 142 da Constituição Federal, para impedir que as Forças Armadas e o Alto Comando sejam tidos, respectivamente, como fração do Estado acima dos Poderes e como árbitro supremo em crises institucionais;
- erradicação da doutrina de segurança nacional, limitando-se a competência das Forças Armadas à exclusiva salvaguarda da independência e da integridade territorial do País – especialmente, à defesa nas regiões fronteiriças ou cobiçadas por interesses geopolíticos estrangeiros –, com a vedação de seu uso para funções de polícia ou de aparato político-repressivo e com a permissão de sua convocação pelo Presidente da República, excepcionalmente e nos termos da lei, para missões de promoção social, de desenvolvimento nacional e de amparo a populações em casos de catástrofes ou calamidades públicas;
- fim da educação segregada e do antigo código de honra militar, substituindo-os pela educação comum, pela formação de conteúdo técnico-profissional e pela democratização das Forças Armadas em suas relações internas, com as demais instituições do Estado e com a sociedade civil;
- redefinição legal das forças armadas como corpo democrático e patriótico, que deve estar sempre a serviço do povo brasileiro e jamais sob o ditado de qualquer oligarquia local ou poder estrangeiro;
- criação e estruturação nacional de brigadas locais com os reservistas;
- atualização das unidades com novos equipamentos para a defesa nacional;
- reconhecimento do direito à livre organização dos praças.

Eixo III

COMBATER OS MONOPÓLIOS E O IMPERIALISMO PARA UM DESENVOLVIMENTO COM SOBERANIA E ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE VIDA DO POVO

1) Atacar a dependência e barrar a sangria da economia nacional pelos grupos financeiros:

- auditoria da dívida pública externa e interna, para preparar sua moratória, com suspensão imediata do pagamento de juros-amortizações aos grandes credores, investigação sobre a origem dos contratos, renegociação caso a caso dos títulos, alongamento dos prazos e proteção aos investimentos legítimos dos cidadãos;
- reversão no empenho crônico orçamentário, hoje voltado a megassuperávits fiscais para pagar a dívida, e submissão dos pagamentos à necessidade nacional de expandir a economia, resolver os



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

problemas sociais graves e proteger as poupanças populares;

- controle estatal sobre a remessa de lucros e dividendos ao exterior (com sua drástica limitação), sobre o movimento internacional de capitais (com a vedação à entrada ou saída de capital especulativo e o fim das contas CC5), sobre o comércio exterior (com a internalização obrigatória da receita auferida pela exportação), e sobre os bancos e instituições financeiras estrangeiras (com a sua estatização);
- subordinação da atividade das transnacionais às diretrizes do plano de desenvolvimento integral do País, sob pena de multas, de intervenções e de estatização;
- exigência de acordos com as empresas transnacionais atuantes no Brasil, para transferir suas tecnologias à economia nacional;
- denúncia e revogação de quaisquer acordos internacionais ou cláusulas econômico-financeiras lesivos à soberania e aos interesses nacionais.

2) Reverter a cartelização e a desnacionalização da economia:

- controle estatal sobre a prestação dos serviços públicos vitais;
- garantia das diretrizes nacionais permanentes, com o fim da espoliação financeira, o controle estatal sobre as riquezas naturais e a nacionalização (estatização) dos setores estratégicos da produção;
- imediata auditoria no patrimônio público alienado fraudulentamente a capitais privados e reestatização das empresas estratégicas imprescindíveis ao País – como Telebrás, Eletrobrás, Usiminas, CSN, Cosipa e Embraer –, a começar pela Vale do Rio Doce;
- reversão do processo de privatização da Petrobrás, restringindo-se a participação em seu corpo acionário a entes federativos, extinguindo-se a Agência Nacional de Petróleo, anulando-se os contratos de risco, suspendendo-se os leilões sobre áreas petrolíferas e reestatizando-se a Petroquisa (Petrobrás Química S.A.), assim como redirecionando-se o funcionamento e o excedente econômico do monopólio público da extração, refino e circulação de óleo mineral, inclusive no pré-sal – com ressalvas aos investimentos em expansão e inovação –, para fins públicos e a solução dos problemas sociais;
- investigação dos crimes ou irregularidades ocorridos em processos falimentares, inclusive a fraude em dispensas para evitar gastos indenizatórios;
- regulação sobre o capital financeiro, controlando-se as formas de remuneração, as medidas restritivas, as operações financeiras particularmente tóxicas – derivativos, fundos de *hedge*, *swap* cambial e outras – e os limites para fusão-aquisição;
- extinção do processo de desestatização em marcha, em especial de florestas e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, assim como reversão da privatização, terceirização e mercantilização dos serviços públicos;
- combate à concentração e centralização do capital privado, com a proibição de monopólios



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

particulares em qualquer ramo da economia e a reestruturação do sistema bancário – se necessário, nacionalizando-o – para reforçar a presença estatal nas atividades financeiras, o crédito popular, o fomento produtivo e os setores nevrálgicos da economia nacional, assim como para subordiná-lo às diretrizes do plano de desenvolvimento integral do País;

- instituir a prerrogativa estatal de atos administrativos e políticas especiais para defender, com tratamento preferencial, as empresas nacionais em face de suas equivalentes estrangeiras.

3) Planejar o desenvolvimento integral:

- adoção de uma nova concepção de desenvolvimento socioeconômico, fundado em valores humanistas, anti-imperialistas, socialistas e ecológicos, para garantir a satisfação das necessidades do povo mediante uma planificação estratégica, democrática e participativa;

- implantação de um projeto nacional de desenvolvimento econômico-social – Plano de Desenvolvimento Integral do País – baseado na soberania nacional e na valorização do trabalho, para enfrentar os desequilíbrios internos, a vulnerabilidade externa, as crises cíclicas, a hiperconcentração de renda, a miséria e as injustiças sociais;

- planejamento central da economia, balizado: nas demandas da população, no estímulo ao mercado interno, na nacionalização das cadeias produtivas básicas, no soerguimento da infraestrutura do País com padrões atualizados, na resolução da carência energética, no incentivo à fabricação dos bens produtivos de ponta, no favorecimento a empresas empregatícias, na progressiva diminuição dos desníveis regionais, no reequacionamento do comércio exterior com produtos de alto valor industrial agregado e no crescimento com taxas superiores à expansão populacional;

- fortalecimento, reorganização e democratização das empresas públicas, para que a participação econômica do Estado se converta em força estruturada a serviço dos interesses populares e nacionais, por meio do Centro de Planejamento das Empresas Estatais;

- articulação progressiva do planejamento público centralizado, com a criação de relações e instituições que aumentem a influência decisória dos proletários em suas atividades de trabalho e dos cidadãos em todos os aspectos da reprodução social;

- programa para as regiões pobres do País, com a implantação de complexos hidroelétricos e de fontes energéticas alternativas, como ventos, luz solar e combustíveis extraídos de vegetais;

- ampliação dos serviços públicos de educação, saúde, saneamento, assistência e outros, para assegurar a universalização dos direitos sociais, prioritariamente, em territórios onde são a renda menor, os equipamentos urbanos mais débeis e os movimentos sociais mais necessitados;

- elaboração de um programa estratégico para combater a seca e seus efeitos nas regiões áridas e semiáridas, com planejamentos e intervenções macroecológicos, preventivos e emergenciais;

- reestruturação e reestatização do sistema nacional de transportes, melhorar a malha rodoviária, expandir a rede ferroviária para longas distâncias e valorizar a navegação;

- política para deter o endividamento das famílias de baixa renda e para expandir sua capacidade



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

aquisitiva por meio de financiamentos destinados à compra de moradia, artigos de primeira necessidade, meios de trabalho e bens cuja produção seja básica na manutenção de empregos.

4) Mudar a política econômica:

- controle sobre o capital financeiro internacional, com medidas, metas e atividades monetárias anti-inflacionárias e antiespeculativas, com a regulamentação do fluxo financeiro e com a proibição de transações envolvendo paraísos fiscais;
- garantias para a poupança popular e para os depósitos em um contexto de crise econômica aguda, prevenindo-se situações semelhantes ao “crralito” argentino de 2001;
- redução da taxa de juros básica e na ponta dos empréstimos, com restauração do teto constitucional obrigatório de 12% ao ano;
- expansão seletiva de créditos, orientada para a oferta de alimentos, bens e serviços básicos;
- uso das reservas com parâmetro no equilíbrio e na reestruturação da economia nacional, provendo-se a sua expansão através de um imposto sobre exportação de *commodities*, sem ônus para as finanças públicas, e evitando-se a sua redução com gastos desnecessários ou capazes de expor o País a ataques especulativos;
- eliminação da promiscuidade entre governo cartorial e socialização dos riscos do capital, invertendo-se a política de créditos, de subsídios e de incentivos fiscais com que hoje o Estado assume uma parte do “custo do dinheiro” e dos “custos de produção” dos monopólios;
- redução do superávit fiscal primário a patamares que possibilitem as políticas públicas de interesse popular;
- fim do câmbio flutuante, implantando-se um controle direto estatal da conversibilidade, por meio de sua centralização pelo Banco Central e de outras normas, segundo os objetivos permanentes do País, os interesses das classes populares e o conjunto harmônico das medidas imediatas contra o risco de uma megacrise;
- supressão do regime de metas anti-inflacionárias rígidas e sua substituição por uma política abrangente para combater a vulnerabilidade externa nas esferas produtiva, tecnológica, monetário-financeira e comercial, assim como para bloquear as pressões da desvalorização cambial em conjuntura de balanço de pagamentos deteriorados, de elevados passivos de curto prazo, de juros altos, de contenção no consumo, de baixo investimento interno e de desaceleração econômica, em face das gigantescas desigualdades na renda e no patrimônio.

Eixo IV

DEFENDER E AMPLIAR AS CONQUISTAS TRABALHISTAS



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

1) Melhorarias imediatas na situação dos trabalhadores:

- recuperação dos direitos subtraídos por meio da “flexibilização” conservadora e novas conquistas para os servidores públicos ativos e aposentados, inclusive o direito dos pensionistas à paridade salarial;
- fim das tentativas de alterar o Artigo 7º da Constituição Federal e defesa dos direitos consagrados, como férias remuneradas, 13º salário, hora-extra, adicional noturno, descanso semanal, licença maternidade e auxílio paternidade;
- aumento no poder de compra do salário mínimo, referenciado nos estudos do Dieese, e sua elevação progressiva acima da inflação, adotando-se a escala móvel de reajuste por gatilho automático – com base na taxa inflacionária, no índice real do custo de vida, na produtividade e no maior aumento concedido a agentes públicos – para suprir as necessidades humanas básicas nos padrões civilizados e constitucionais;
- reposição integral da inflação também para assalariados com remuneração intermediária, que sofrem de um contínuo achatamento salarial nos últimos anos;
- trabalho semanal máximo de 40 horas diurnas, posteriormente de 36 horas diurnas, e 30 horas noturnas, sem redução salarial, assim como fim do banco de horas e taxaço maior das horas extras, na perspectiva de novas conquistas relativas à jornada laboral;
- Redução de jornada imediata e diferenciada onde o ambiente de trabalho atua como agente epidemiológico degradando a força de trabalho;
- diminuição radical da carga tributária sobre os trabalhadores;
- combate à precarização das relações de trabalho e ao recurso da informalidade, com o fortalecimento das instâncias e órgãos aplicadores de normas protetivas, assistenciais e orientadoras do trabalho, assim como o apoio ao papel fiscalizador do Estado sobre as relações de emprego;
- implantação de um plano nacional para a erradicação do trabalho infantil e sem direitos ou em condições degradantes;
- criação do Fundo de Estabilidade Social para os Trabalhadores Por Conta Própria, com vistas a garantir aposentadoria, pensão, férias, repouso, licença maternidade, proteção da natalidade, repouso médico e outros direitos aos autônomos;
- garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários do proletariado e do semiproletariado rural;
- suspensão automática de contratos públicos e financiamentos para empresas que descumpram as obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias;
- plano nacional contra acidentes e doenças profissionais, promovendo-se a saúde do trabalho.

2) Reconstruir e aprofundar a Seguridade e a Previdência Social:

- Defesa da Seguridade e Previdência Social pública e universal;
- ampliação dos benefícios sociais vinculados ao processo de trabalho;



- Ampliação das parcelas do seguro-desemprego;
- anulação de todas as contrarreformas previdenciárias e impedimento de novos ataques a Seguridade Social;
- aprimoramento da Previdência Pública, transformando-a em sistema único e universal;
- recuperação dos fundos da Previdência Pública afetados por desvios de finalidade, com a cobrança das dívidas mantidas por empresas privadas e entes públicos, com o combate à corrupção e com a eliminação dos desperdícios por má gestão;
- Empresas devem arcar com o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, onde a doença seja resultado do ambiente de trabalho;
- reestatização dos fundos de pensão e das empresas privadas de previdência;
- expansão da arrecadação do INSS por meio da incorporação do conjunto do mundo do trabalho ao sistema, do aumento da renda global dos assalariados e do controle público sobre a Previdência, concomitantemente ao combate ao desemprego, à sonegação e à precarização dos produtores diretos;
- fim imediato do fator previdenciário.

3) Garantir os direitos sindicais:

- Ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que institui a liberdade e autonomia sindical;
- defesa e ampliação das liberdades sindicais, inclusive a garantia legal de organizações por local de trabalho;
- proibição de práticas antissindicais efetivadas pelos patrões e pelo Estado;
- fim da investidura sindical (sindicalismo de Estado), de qualquer forma de imposto sindical e da unicidade sindical imposta pelo Estado.
- plena autonomia sindical, com decisão soberana dos ramos ou entidades sobre seus assuntos internos, sem interferências do patronato ou do Estado;
- pleno, efetivo e irrestrito direito de greve, assim como proibição de *lockout* patronal;
- regulamentação do Artigo 8º da Constituição Federal, fim das arbitrárias interdições proibitórias e combate à sabotagem do direito inalienável de greve;
- eliminação do uso da Justiça do trabalho para criminalizar as mobilizações sindicais, especialmente as greves dos assalariados;
- consolidação da estrutura e do poder normativo da Justiça do Trabalho sobre normas salariais e violações dos direitos;
- implantação do contrato coletivo, mas com primazia das leis em defesa do trabalho sobre acordos e com a vedação das brechas legais que permitem cortes salariais por meio de conluio;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- ratificação das convenções 158 e 151 da OIT, que vedam a demissão imotivada e estabelece a negociação coletiva entre os trabalhadores do setor público e as três esferas do governo;
- extensão de todos os direitos trabalhistas e sindicais ao proletariado rural, fiscalizando-se a sua realização.

Eixo V

ELIMINAR O DESEMPREGO, A FOME E A MISÉRIA

1) Medidas defensivas e de emergência contra o desemprego:

- implantação de frentes públicas de trabalho em tarefas emergenciais ou de interesse comunitário, para gerar empregos provisórios nos municípios, com apoio dos estados federados e da União;
- garantia de um subsídio-desemprego geral e completo;
- criação de um sistema legal para garantir efetivamente a estabilidade no emprego;
- medidas contra ações patronais que provoquem desemprego, inclusive a proibição de demissões em massa.

2) Plano Nacional para o Pleno Emprego:

- combate ao desemprego por meio de um plano de industrialização em longo prazo, incentivando-se os setores produtivos com alta concentração de força de trabalho – especialmente onde a taxa de ocupação é menor –, os programas promotores do assalariamento e a redução da jornada laboral;
- reorientação das políticas para estabelecer, sustentar ou apoiar formas de trabalho e produção familiar, associativa, cooperativa ou em unidades econômicas públicas, que garantam emprego e meio de sustento para as pessoas diretamente implicadas, assim como contribuam para a ampliação relativa da oferta de bens de primeira necessidade;
- implementação de serviços sociais específicos nas regiões mais pobres, assim como de obras públicas para ampliar a infraestrutura das capacidades produtivas e prevenir calamidades como secas e enchentes;
- integração dos benefícios concedidos em programas assistenciais com distribuição de renda em novas formas de integração ao mundo do trabalho, garantindo melhores condições e perspectivas de vida.

3) Política de Estado abrangente para erradicar a fome e a miséria

- ampliação do alcance e universalização das políticas de assistência social do governo federal, corrigindo-as na perspectiva de reverter seus aspectos focalizadores e eliminar seus traços paternalistas e institucionalizá-las em lei;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- efetivação de políticas estruturais e transversais que eliminem as causas profundas da fome e da miséria;
- implementação de medidas para estabilizar, em nível condizente com os salários reais da maioria dos trabalhadores, os preços dos bens e serviços de primeira necessidade;
- resgate ao caráter amplo do Programa Fome Zero – abandonado e substituído pelo Bolsa Família, compensatório e focalizado –, aplicando-se o conjunto original das 25 políticas integradas por mais de 40 programas para alimentar com qualidade e regularidade mais de 40 milhões de brasileiros, bem como desenvolvendo-se ações nas áreas de alfabetização, cooperativismo, capacitação profissional, recursos hídricos e reforma agrária;
- promoção de uma nova política contra a fome e a miséria, antipaternalista e de emancipação social, viabilizando-se as condições para que os beneficiários e suas famílias produzam a própria renda, recuperem a autoestima e se considerem trabalhadores cidadãos.

Eixo VI

REALIZAR A REFORMA URBANA

1) Instituir o direito à cidade, com vida digna e saudável:

- formação do direito à cidade como bem público, com acesso à centralidade cultural e política renovada na vida urbana, aos espaços de encontro e intercâmbio desprendidos do valor de troca, e aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitam o uso pleno dos momentos e lugares, integrando-se todos os cidadãos, especialmente o povo pobre hoje rechaçado para as periferias e as ilhas subequipadas de serviços estatais e saneamento;
- aplicação de políticas para suprir as carências crônicas das populações urbanas, com base nos padrões postos pelo processo civilizatório, universalizando-se o saneamento básico, atualizando-se a infraestrutura de transporte coletivo público e providenciando-se a oferta de gêneros prioritários a baixo custo;
- implantação, especialmente nas periferias, dos serviços públicos de interesse social, como o amparo à infância abandonada e à juventude;
- reconhecimento da luta pelo direito à cidade através das ocupações urbanas como instrumento de organização popular e regularização fundiária dessas e de outras áreas que sejam de interesse das comunidades;
- combater as práticas de operações urbanas que direta ou indiretamente removem as populações mais pobres de áreas já consolidadas em favor do interesse do capital (a exemplo das obras do PAC e dos megaeventos);
- combate à especulação imobiliária nas cidades, com a democratização do solo, a desapropriação



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

das áreas baldias e a utilização dos imóveis vazios;

- criação de infraestrutura e programas de universalização do acesso à cultura, arte, esporte e lazer;
- plano nacional para o tratamento das áreas de risco e de mananciais, com ênfase nos bairros mais pobres das grandes regiões metropolitanas.
- fundo nacional para urbanização de Vilas e Favelas, com dotação percentual obrigatória nos orçamentos dos entes federativos.

2) Garantir moradia para todos:

- aplicação de um programa nacional de acesso à moradia para extinguir o déficit habitacional iniciando pelas populações de baixa renda e recuperando áreas que antes serviam à especulação;
- recursos públicos para os fundos de habitação e condições mais favoráveis de financiamento para construção de moradias incentivando formas alternativas de organização popular em torno do planejamento, execução e posse;

3) Resolver a crise e desmercantilizar a mobilidade urbana:

- incluir na Constituição Federal a mobilidade urbana como um direito fundamental de todos e dever do Estado;
- incentivo à política de mobilidade intermodal, abrangendo desde transportes de massa até transporte individual não motorizado;
- política de transporte público coletivo com boa qualidade, passe livre estudantil visando à universalização da gratuidade e em quantidade suficiente para atender à demanda fundamental, como alternativa atraente ao uso de veículos particulares;
- criação de empresas públicas para implantar ou expandir redes transportes de massa nas grandes regiões metropolitanas do País, como eixo central de sistemas de transporte coletivo integrados a planos centralizados de urbanização;
- implantação de regras claras para a fiscalização do trânsito, obrigando-se o uso exclusivo de equipamentos nos pontos de conhecimento e visibilidade pública, a exemplo de sinais e lombadas eletrônicas explícitos, com fins educativos, e não de arrecadação;
- criação de uma rede de transportes de massas de longas distâncias democratizando o acesso dos trabalhadores a todo o território nacional.

Eixo VII

EFETIVAR A REFORMA AGRÁRIA ANTILATIFUNDIÁRIA



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

1) Garantir o direito à luta camponesa:

- descriminalização do movimento camponês e anistia a seus militantes perseguidos com processos judiciais, condenações e mandados de prisão;
- proteção do Estado a ativistas sociais ameaçados;
- punição aos responsáveis pela repressão privada ou pública a militantes populares;
- dissolução das milícias privadas formadas com jagunços ou empresas legais.

2) Eliminar a propriedade monopolista da terra:

- extinguir o monopólio agrário privado, com a eliminação do latifúndio por meio de tetos legais equivalentes a 35 Módulos Fiscais, revertidos regionalmente em hectares, acima dos quais as terras serão desapropriadas e nacionalizadas para fins de reforma agrária, tal como propõe a Frente Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo – FNRA;
- incorporação ao patrimônio público das propriedades griladas, sem titulação legal, com grandes extensões devolutas, usadas para narcotráfico ou com atividades improdutivas calcadas na exclusiva obtenção de renda fundiária ou que empreguem trabalho em condições análogas à escravidão;
- instituição da justiça agrária, com estrutura nacional própria e recursos suficientes.

3) Democratizar a posse da terra e articular a reforma agrária com o planejamento nacional:

- assentamento imediato de todas as famílias acampadas;
- garantia de posse vitalícia e inalienável em áreas estatais às famílias camponesas sem ou com pouca terra, a começar pelas porções nacionalizadas próximas a cidades, rodovias, ferrovias, rios e barragens;
- direito à posse da terra para os camponeses que nela trabalham – posseiros, parceiros, arrendatários e assim por diante –, estendendo-a, em forma de concessão, a todos os produtores obrigados a pagarem renda fundiária a proprietários ausentes;
- instituição de um plano de reforma agrária abrangente, com mudanças econômicas, sociais e políticas no meio rural, inclusive o acesso aos necessários meios de produção, gestão e comercialização, com vistas a proteger, respaldar e integrar os trabalhadores rurais ao planejamento nacional, a melhorar o uso das terras para articulá-las ao conjunto da indústria segundo os interesses nacionais e populares, a garantir a soberania alimentar, o aumento da produção e as novas relações socioambientais, e a empregar a renda da terra para elevar o nível de vida dos trabalhadores e ajudar na provisão das despesas públicas;
- estímulo à prática cooperativista autônoma dos pequenos produtores “integrados” à agroindústria monopolista de aves, suínos, fumo e açúcar, bem como abertura de canais de organização, expressão e mobilização para as camadas marginalizadas no processo de contratação dependente;
- controle público sobre as indústrias produtoras de insumos e maquinaria agropecuários, para



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

articular a vanguarda produtiva e tecnológica do País às necessidades de produção e consumo rural;

- incentivo aos pequenos e médios proprietários privados ou detentores de posse em terras estatais, por meio de uma política agrícola progressista, com financiamentos a juros módicos, assistência técnica, proteção diante dos atravessadores, preços mínimos garantidos, saneamento básico e infraestrutura para produzir, armazenar e transportar bens de primeira necessidade.

- combate às políticas da chamada “reforma agrária de mercado” que incentiva a busca por falsas soluções individuais e transforma um problema social em oportunidade de negócio, endividando as famílias de trabalhadores rurais.

Eixo VIII

CONSTITUIR NOVAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

1) Defender a natureza para os seres humanos

- subordinação dos planos infraestruturais, atividades produtivas e ecossistemas aos interesses humanos integrais;

- campanha, atualização legislativa e atos administrativos contra o uso predatório dos bens naturais;

- controle das indústrias com resíduos tóxicos, atuantes na mineração e produtoras de insumos para atividades rurais, visando a reestruturação industrial para uma substancial e gradual redução de resíduos tóxicos.

- fiscalização sobre uso de agrotóxicos e adubos químicos na agropecuária. Construção de políticas que vise à redução gradual destes insumos e desenvolver as condições materiais para a transição à produção agroecológica;

- proteção e revitalização dos recursos hídricos, com acesso universal à água, como bem público inalienável, nas cidades e no campo.

2) Buscar o progresso com fins sociais emancipatórios e demografia equilibrada:

- manutenção da biodiversidade nacional, da Amazônia Brasileira, do Aquífero Guarani a salvo das ambições imperialistas, da devastação capitalista e da anarquia econômica. Promoção de um Programa Nacional de Proteção e Revitalização dos biomas brasileiros;

- suspensão e revisão do projeto de transposição do Rio São Francisco, submetendo-o a referendo com vistas a garantir os interesses populares, especialmente a recuperação da bacia hídrica, a sua articulação com a reforma agrária e a promoção dos direitos das populações ribeirinhas.

- suspensão e revisão das obras para a construção da Usina de Belo Monte, com vistas a elaborar um novo projeto e submetê-lo a referendo;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- quebra de patentes que privatizem benefícios originários da flora, da fauna e da cultura nacionais, assim como contradigam o interesse social;
- normatização da pesquisa, produção e comercialização de seres geneticamente aprimorados ou modificados, com garantia à proteção antimonopólica, ao controle social público dos avanços técnico-científicos, ao direito à informação, ao consumo com segurança e à salvaguarda da biorriqueza originária;
- medidas que possibilitem e estimulem uma distribuição da população mais homogênea, igualitária e adequada ao desenvolvimento de uma industrialização avançada e planejada, garantindo-se progressivamente aos trabalhadores rurais os confortos e vantagens citadinas, aos urbanos o contato saudável com a natureza revitalizada e a todos o início da diminuição gradual da distinção entre cidade e campo.
- reestruturar o modelo energético com o objetivo de elaborar um projeto nacional que seja sustentável em sua totalidade social e biológica;

3) Construir um ambiente urbano de qualidade:

- política nacional de limpeza e destinação do lixo nas cidades, com princípios, diretrizes, programas e ações concretas, em convênio entre as partes federativas, recuperando-se a intervenção do poder público como atividade essencial à vida e à saúde pública;
- estímulo e financiamento público para aproveitar e reciclar integralmente o lixo urbano com tecnologias de ponta, com vistas ao seu aproveitamento em substituição aos amontoamentos a céu aberto e aterros sucessivos. Gradual substituição da produção de embalagens descartáveis para retornáveis, buscando reduzir o impacto ambiental oriundo da produção, sendo esta anterior ao consumo;
- legislação e fiscalização sobre o gerenciamento dos resíduos hospitalares em todas as unidades de saúde;
- normas referentes à poluição atmosférica e sonora, com utilização de combustíveis e tecnologias de menor impacto no transporte coletivo e nas demais atividades urbanas.

4) Produzir e trabalhar com limpeza e qualidade:

- programa nacional de organização da coleta e da reciclagem como atividade industrial viável, contemporânea e em larga escala, para produzir e aproveitar o composto orgânico e outros materiais em atividades públicas e privadas de agricultura e jardinagem;
- mobilização da sociedade civil para o cuidado com as cidades do País, formulando-se políticas que articulem ações socioeducativas com abertura de empregos;
- valorização dos trabalhadores da limpeza urbana, garantindo-lhes condição laboral melhor, formação integral e eventos simbólicos de reconhecimento público;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- contenção rigorosa do desmatamento, principalmente na Amazônia e no Cerrado, e frentes de trabalho para reflorestar áreas degradadas em nascentes, faixas ciliares, margens das estradas e manchas erodidas;
- utilização sustentável das florestas, com iniciativas estatais, diretas ou por concessão, e o aproveitamento de experiências populares locais de trabalho.

Eixo IX

GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE PÚBLICA, GRATUITA, ESTATAL E DE QUALIDADE

1) Fortalecer e aprofundar o SUS:

- Defesa e alargamento do Sistema Único de Saúde (SUS) para torná-lo, além de método de gestão, política integral e preventiva de saúde, de acordo com os princípios da reforma sanitária, reconstruindo-se a imagem e as políticas do Estado como prestador universal;
 - soerguimento do SUS por meio da reconstrução e ampliação da rede física pública de hospitais do País respeitando os princípios de hierarquização e regionalização do SUS para cobrir as demandas da população – das unidades ambulatoriais aos atendimentos de alta complexidade –, sem distinção de classe social ou poder aquisitivo, com autonomia em relação às empresas privadas de saúde;
 - garantia de acesso integral, preventivo e médico-hospitalar público, universal, gratuito, eficiente a começar pelos bairros populares mais carentes e as regiões abandonadas do interior;
 - medidas que reservem mais verbas para a saúde e bloqueiem o desvio de recursos para outras áreas;
 - fim da gestão terceirizada e de todas as formas de privatização e elitização da rede pública de serviços de saúde: “organizações sociais” (OSs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), fundações estatais de direito privado e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), reconhecendo a inconstitucionalidade das mesmas;
- 4) Estatização de todas as instituições de saúde (complexo industrial farmacêutico, laboratórios e equipamentos médico-hospitalares).

2) Dotar a saúde pública de prioridades e resultados práticos:

- implantação de políticas preventivas permanentes que partam do conceito ampliado de saúde, com vistas a prover, na cidade e no campo, as condições necessárias de saneamento profilático, água potável e formação cultural para a saúde coletiva;
- quebra das patentes estrangeiras de medicamentos essenciais, investimento em pesquisa laboratorial e fabricação-distribuição estatal de remédios e vacinas de primeira necessidade;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- constituição de uma estrutura de profissionais para prevenir e combater as endemias e moléstias de raízes sociais, causadas pelas condições de vida precárias e a pobreza;
- acompanhamento continuado do paciente pelo mesmo profissional, com tratamento completo da prevenção até a plena recuperação;
- reorganização do programa de acesso a consultas especializadas, de modo a eliminar os casos de demora excessiva;
- preparação da rede pública para atender nos locais de moradia a pacientes que necessitem de cuidados especiais na fase de pós-hospitalização, notadamente crianças e idosos;
- fortalecimento da política de saúde do trabalhador e de seu poder normativo.

3) Resgatar o papel e a dignidade dos servidores da saúde:

- formação dos profissionais da saúde pública em disciplinas e práticas voltadas à maioria da população;
- valorização dos trabalhadores da saúde pública em suas múltiplas dimensões, estabelecendo-se programas de graduação, qualificação, especialização e formação integral, assim como lhes garantindo salários dignos, piso nacional, regime funcional, segurança, melhorias nas condições de trabalho, jornada especial de 30 horas e aposentadoria especial por insalubridade;
- elevação da qualidade no atendimento à população, na perspectiva da dedicação exclusiva para os profissionais da saúde;
- relação democrática entre usuários e servidores da saúde, com a participação de suas respectivas entidades representativas.
- por um controle social efetivamente democrático capaz de responder aos anseios do povo.

Eixo X

DESMERCANTILIZAR E REFORMAR PROFUNDAMENTE A EDUCAÇÃO

1) Clareza no objetivo de uma profunda reforma educacional:

- construir as condições para a formação de uma educação universal, pública, gratuita, laica, crítica, criadora e voltada à transformação e emancipação social.

2) Construir um Congresso Nacional de Educação, envolvendo a comunidade escolar, sociedade e movimentos sociais, para debater e formular uma proposta nacional de reforma da educação básica, para a qual propomos alguns elementos:



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- implantar o Sistema Nacional de Educação, com vistas a garantir a possibilidade da criança ingressar e prosseguir na escola até a conclusão do ensino médio, o que implica priorizar fortemente a educação, ampliando os investimentos para garantir a implantação deste Sistema. Trata-se de uma situação de emergência, que implica um programa de investimento para além dos recursos até hoje destinados, elevando-se substantivamente e imediatamente o percentual do PIB para a educação;
- assim como o SUS, o Sistema Nacional de Educação deve ser previsto em lei, como uma política de Estado e não de governos conjunturais, pondo fim à descontinuidade das políticas educacionais.

3) Financiamento:

- imediato investimento de, no mínimo, 10% do PIB na educação e ampliação do percentual para a educação dos entes federados;
- fim da aplicação de recursos públicos e estatais em medidas de capitalização das empresas privadas de ensino, com destinação exclusiva de verbas orçamentárias às instituições de educação pública;
- fim de qualquer forma de privatização e terceirização da escola;
- fim da desresponsabilização do Estado para com a Escola Pública.

4) Universalização do acesso à educação, garantia de qualidade e voltada às necessidades do povo:

- contra municipalização da educação;
- ampliação imediata das vagas na educação infantil, com vistas a universalizá-la;
- erradicação imediata do analfabetismo;
- garantia, com qualidade, da Educação de Jovens e Adultos, como modalidade, enquanto existir sua necessidade social, na rede oficial de ensino estatal;
- garantia da educação pública nas comunidades de povos originários (como indígenas e quilombolas) e nos assentamentos;
- articular a educação profissional com a educação básica, com vistas à formação crítica, criadora e voltada à formação de um trabalho emancipador;
- implantação da educação básica integral, ocupando-se uma parte do tempo com reforço do processo de aprendizagem realizado no turno e outra parte em atividades de vivência integral entre os educandos, com garantia de alimentação, acompanhamento médico-odontológico e psicológico, cultura, esporte e recreação;
- reforma da estrutura física das escolas, adequando-as às necessidades da educação integral, tornando-as um ambiente salubre, acessível e com uma estrutura completa de biblioteca, laboratórios, salas informatizadas e ambientes apropriados para a alimentação, esporte e confraternização entre toda a comunidade escolar;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- ampliação do número de escolas, de acordo com o número necessário para a universalização da educação básica;
- fornecimento gratuito de todo o material básico necessário para o desenvolvimento do ensino e produção de conhecimentos na escola;
- fornecimento de alimentação orgânica e gratuita para toda comunidade escolar, fornecido por produtores locais e regionais, com vistas à alimentação saudável e ao incentivo da produção dos pequenos agricultores e maricultores;
- reforma dos parâmetros curriculares nacionais visando a superação da educação voltada à reprodução do capital.

5) Gestão democrática das escolas:

- lutar contra a democracia meramente formal e de fachada de modo que a escola pública seja um espaço de exercício e realização de uma democracia efetiva e popular. Para tal, defendemos: eleição direta (com voto universal) de diretores de escola, Associação de Pais e Mestres, e Conselhos Escolares, que sejam expressão da comunidade escolar e não braços da direção de escola, como acontece hoje;
- incentivo a formação de grêmios estudantis livres, com garantia de autonomia frente às instituições;
- livre organização e acesso dos sindicatos de trabalhadores em educação nos espaços de trabalho;
- autonomia das instituições educacionais, pondo fim ao controle da burguesia sobre a educação, contra a ingerência do Estado e dos credos religiosos.

6) Condições de trabalho e valorização:

- redução da jornada de trabalho, sem perda salarial;
- implantação imediata de 1/3 de hora atividade (tendo como referência a hora aula), visando a implementação de 50% de hora atividade;
- implantação da Lei do Piso na carreira;
- garantia da aposentadoria especial no magistério;
- concurso público permanente para repor o quadro efetivo e combater a todas formas de precarização do trabalho, entre elas, o trabalho temporário;
- formação teórica e didático-pedagógica permanente, garantida pelo Estado em instituições públicas;
- formação de professores especializados para o atendimento de estudantes portadores de necessidades especiais (2º professor);
- limitação do número de alunos por sala, de acordo com as condições didático-pedagógicas;



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

- política de prevenção e atenção da saúde dos trabalhadores em educação.

5) Por uma universidade democrática, crítica, criadora e popular:

- consolidação da concepção de que as Universidades Federais devem ser autarquias especiais, gratuitas sob responsabilidade da União, que assumirá seu custeio total por meio de dotação orçamentária global e será administrada democraticamente pela comunidade universitária, com autonomia de gestão financeira, administrativa e didático-científica;

- garantia da efetiva democracia universitária, com eleição de dirigentes (no mínimo paritário visando voto universal) e composição dos órgãos colegiados a partir do voto paritário de professores, estudantes e trabalhadores técnico-administrativos;

- democratização das oportunidades educacionais, com aumento massivo de vagas sem rebaixamento da qualidade de ensino – nas escolas técnicas e universidades federais – e ênfase nos cursos noturnos, de modo a que o povo trabalhador lhes tenha mais acesso, na perspectiva de cobrir toda a demanda por ensino, garantido uma ampla política de permanência estudantil, que inclui moradia, transporte, alimentação e material didático gratuitos;

- contra qualquer forma de privatização do conhecimento produzido nas instituições de educação e pesquisa públicas bem como dos serviços prestados por elas. Por isso, somos contra projetos que tem em sua essência esse conteúdo: decreto das Fundações (1994), SINAES (2004), Lei de Inovação Tecnológica (2004), PROUNI (2005), Universidade Aberta do Brasil (2006), REUNI (2007), “novo” ENEM (2009), “Pacote da Autonomia” (2010), novo decreto sobre as Fundações (7.423/2010), EBSEH (2011), precarização das relações de trabalho (leis 12.425/2011 e 12.772/2012), PL 2177 (Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação), além de sucessivos cortes de orçamento, citando algumas das medidas mais importantes. Essas medidas demonstram a existência de um projeto global e uma contrarreforma permanente a serviços dos interesses da classe dominante;

- contrapor ao projeto *global* de universidade pautado pelas necessidades de reprodução do capital um projeto educacional igualmente global identificado com as necessidades dos explorados e oprimidos, para que a Universidade desempenhe as funções social e culturalmente criadoras de produzir conhecimento original, de fazer pesquisa científica e tecnológica para serem apropriadas coletivamente e voltadas para os interesses do povo, de defender a crítica a todas as formas de exploração e opressão, e de construir uma sociedade com justiça social, onde o ser humano viva da forma mais racional e livre possível, assim como possa desenvolver suas capacidades e atender a necessidades cada vez mais ricas e humanizadoras;

- integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão, como princípio que favorece a ligação da Universidade com as necessidades da maioria da sociedade e com os interesses populares, assim como a busca à unidade teoria-prática e o reforço a projetos coletivos de trabalho;

- enquadramento das instituições de ensino privado como concessões públicas submetidas ao interesse e ao controle do Estado e da sociedade, com autonomia acadêmica e administrativa em face das mantenedoras, com democracia universitária, e com respeito à liberdade de organização



dos trabalhadores e estudantes.

Eixo XI

PREVENIR E GARANTIR A SEGURANÇA PÚBLICA

1) Revalorizar e integrar o trabalho de segurança pública:

- consolidação do Sistema Único de Segurança Pública – Suas –, com a integração e a coordenação das várias esferas de ação estatal para prevenir e combater a criminalidade;
- desmilitarização e democratização das Polícias Militares, assim como a sua unificação com as Polícias Civis, constituindo-se forças de segurança estaduais integralizadas;
- cumprimento da Lei Federal nº 12.191/2010, que “concede anistia a policiais e bombeiros militares do Rio Grande do Norte, Bahia, Roraima, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios” por melhorias de vencimentos e condições de trabalho;
- redirecionamento das instituições e efetivos do sistema de segurança pública, garantindo-se a policiais, bombeiros, servidores administrativos e agentes penitenciários melhores vencimentos, piso nacional de salários por meio de emenda constitucional, condições dignas de trabalho, qualificação profissional, formação integral e eliminação das bandas podres, assim como diminuindo a desproporção entre a situação dos altos escalões da oficialidade e a dos praças;
- ampliação das políticas e ações comuns entre a União, os Estados e os Municípios na elaboração de programas preventivos;
- integração das instituições de segurança e justiça, com vistas a eliminar a impunidade;
- reforma do sistema prisional, com prioridade a sócio-educação e à reintegração social dos internos;
- fim das tentativas de privatização do sistema prisional, a qualquer título.

2) Concentrar o esforço nas políticas preventivas:

- fortalecimento do plano de fundo estratégico da segurança pública, que são as políticas sociais para as áreas mais sensíveis e as transformações globais que permitirão a extinção da fábrica de crime e marginalidade vigente no País;
- articulação privilegiada e transversal da segurança pública com o conjunto das ações socioeducativas e socioassistenciais;
- ampliação da presença do poder estatal nas áreas de maior risco e vulnerabilidade social, com iniciativas de iluminação pública, construção de creches, educação em tempo integral, combate ao



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

analfabetismo, atividades artístico-culturais, práticas esportivas, eventos de lazer, ação de agentes comunitários de saúde e formação em direitos humanos;

- ênfase na política de emprego e ocupação no entorno das áreas urbanas mais pobres e carentes de oportunidades sociais e serviços públicos, com a sua integração à cidade e a formação profissional de jovens;
- implantação de programas socioeducativos, de centros de atendimentos e de hospitais equipados para suprirem as demandas de prevenção ao uso de drogas e o tratamento a dependentes químicos, inclusive em casos agudos de *overdose* e crise de abstinência;
- reforma nos sistemas penal e prisional, privilegiando-se as diretrizes da justiça restaurativa e garantindo-se, integralmente, a guarda de internos por agentes penitenciários;
- apoio às organizações populares que desenvolvam atividades democráticas e protetivas de crianças, adolescentes e jovens visando pressionar para que o Estado cumpra que sua obrigação.

3) Mudar o eixo do combate ao crime:

- reestruturação das instituições de Segurança Pública, centrando-se o ataque na organização de quadrilhas, no tráfico de drogas ou armas, na lavagem de dinheiro, nos delitos de “colarinho branco” e nos crimes de tortura;
- que as instituições de segurança não sejam usadas para combater os movimentos populares;
- reforço à estrutura de inteligência e à monitoração das empresas capitalistas marginais que atuam no tráfico e nas operações financeiras, com ênfase no escalão superior e dominante do crime organizado;
- aprimoramento das atividades das Polícias Federal e Rodoviária Federal no controle das fronteiras, rodovias e hidrovias, para cortar os canais de abastecimento ao tráfico de drogas e armas;
- mudança nas leis, com a ampliação do leque de prestações alternativas para os crimes leves – causadores de danos baixos ou quase nulos à vida social –, aos quais se dirige a grande maioria das penas aplicadas;
- contra a redução da maioria penal.

Eixo XII

FAVORECER O PROTAGONISMO POPULAR NA CULTURA

1) Democratizar a cultura:

- enfrentamento contra-hegemônico à mercantilização dos bens culturais;
- combate aos monopólios da comunicação e do saber, com abertura de espaços às manifestações



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

artístico-culturais do povo brasileiro e à apropriação nacional das conquistas espirituais universalizadas pela civilização humana;

- incentivo às artes, à filosofia, à ciência e ao esporte com políticas traduzidas no âmbito do sistema público de ensino, da mídia estatal e de projetos governamentais específicos, que reflitam as diversidades brasileiras e a identidade nacional;
- oferta pública e gratuita de condições para o desfrute humanizador e criativo do tempo livre, em benefício do desenvolvimento humano físico, espiritual, moral e cultural dos trabalhadores.

2) Incentivar a cultura nacional-popular:

- elaboração de um diagnóstico nacional sobre o ambiente cultural brasileiro, contemplando-se os diversos atores, espaços, práticas e necessidades;
- proteção ao patrimônio histórico do País, às manifestações culturais de cunho popular e à memória de suas fontes ancestrais, com promoção, em todos os terrenos, das ricas diversidades regionais e sínteses nacionais;
- programa nacional de reprodução e preservação, em alto nível de qualidade técnica e estética, das principais obras da literatura, da música e do cinema brasileiros, franqueando-as em espaços públicos e a preços acessíveis;
- investigação, preservação e pesquisa dos sítios arqueológicos onde estão os restos dos povos ancestrais que habitavam o atual território nacional, com vistas a reconstituir suas histórias e características antropológicas, bem como a instituir roteiros de visitas para estudiosos e interessados em geral.

3) Fortalecer a cultura como ambiente socioeducativo:

- incentivo às atividades artístico-culturais – eventos, debates, produtos e tendências – ligadas às sínteses nacionais-populares locais e regionais, que preservam e desenvolvem a herança multilateral das singularidades, e às vanguardas estéticas, que dialogam com a universalidade;
- implantação de projetos culturais e esportivos para jovens, inclusive festivais e torneios nacionais envolvendo os diversos entes federativos, especialmente nas escolas e nas comunidades das periferias urbanas;
- linhas de crédito subsidiadas para projetos populares de novas rádios, TVs, revistas e jornais de grande circulação;
- gestão integrada nos programas e projetos na área cultural, em articulação transversal com a Educação, o Meio Ambiente, o Esporte, o Turismo e o Lazer;
- promoção, em perspectiva universalizante, do intercâmbio com as singularidades culturais de outros povos – especialmente da América Latina –, com as criações artísticas das vanguardas estéticas em escala mundial e com os avanços nas várias áreas do conhecimento.



Eixo XIII

ORIENTAR A POLÍTICA EXTERNA, PELA SOBERANIA NACIONAL, AUTODETERMINAÇÃO E SOLIDARIEDADE AOS POVOS

1) Desenvolver uma política externa democrática, autodeterminada e anti-imperialista:

- política externa soberana, que atenda aos interesses do País e dos brasileiros, com preservação da atitude governamental de manter agenda própria, mas corrigindo-se as oscilações da diplomacia oficial e aprofundando-se o seu alinhamento com as nações amigas, especialmente latino-americanas e caribenhas;
- solidariedade aos povos e nações que, em todas as partes do mundo, lutam pelos anseios democráticos, por sua soberania, pela autodeterminação e pela paz;
- esforço mundial junto a governos contra a indiscriminada circulação de capital financeiro, a proteção dos Estados imperialistas aos poderosos de seus países, as desigualdades no comércio mundial, os atos que violem soberanias e as agressões militares a outras nações;
- defesa, junto aos fóruns internacionais, de políticas que articulem a integração econômica a objetivos sociais – combate ao desemprego, melhores remunerações aos trabalhadores e expansão de serviços públicos –, mediante o reforço de métodos efetivamente democráticos de gestão pública;
- mudança na orientação da diplomacia brasileira quanto à Organização Mundial do Comércio – OMC –, com a superação das diretrizes que liberalizam o mercado mundial em favor das corporações imperialistas, dos monopólios nativos e do latifúndio associado ao capital transnacional;
- implementação de verdadeiras negociações em favor dos países dependentes, propondo-se que as nações ricas aceitem uma política para a superação progressiva das mazelas provocadas pelo desenvolvimento desigual;
- redução efetiva das medidas protecionistas e dos subsídios pagos aos países desenvolvidos;
- garantia ao direito dos países dependentes a protegerem, pelo tempo necessário, suas indústrias nascentes;
- preservar o direito dos países dependentes a regularem e definirem suas políticas em todos os aspectos, especialmente excluindo-se, de forma expressa, os itens básicos constantes no Acordo Geral de Comércio de Serviços da OMC;
- estabelecer restrições rigorosas aos monopólios sobre a “propriedade intelectual”, promoção da transferência tecnológica e proibição de patentes sobre quaisquer formas de vida;
- provisão da soberania alimentar dos países, com a eliminação de quaisquer limitações às



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

capacidades nacionais de regular a exportação e a importação de produtos nutricionais;

- providência de medidas abrangentes e profundas para reverter a destruição ambiental;
- defesa da reanexação da saída ao mar da Bolívia e pela reintegração das Ilhas Malvinas ao território argentino.

2) Resistir às forças da exploração e opressão mundial:

- recusa às políticas impostas por organismos de regulação internacional de orientação imperialista como FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- defesa do princípio de autodeterminação dos povos e do respeito ao seu direito de resistência diante da opressão interna e da dominação estrangeira;
- combate a todas as guerras e ingerências imperialistas, especialmente ao intervencionismo norte-americano, da União Europeia e por meio da OTAN em quaisquer partes do mundo, mantendo-se a luta para a retirada completa de forças militares das grandes potências em territórios de outras nações;
- eliminação dos enclaves ou resquícios coloniais no mundo inteiro, com a sustentação dos pleitos dos povos à independência e de países à reintegração de áreas ocupadas por alguma potência;
- rechaço à guerra ideológica pró-imperialista, promovida pela grande mídia, e à criminalização das insurgências populares – sob o rótulo de bandoleiros, narcoguerrilheiros ou terroristas –, a exemplo da imputação a movimentos que travam lutas revolucionárias e a organizações que buscam uma saída democrática para a guerra civil na Colômbia;
- rompimento do Tratado de Livre Comércio com Israel, baseado em material bélico, e repúdio diplomático ao terrorismo sionista de Estado contra o povo palestino, à ocupação dos territórios, à intenção de criar um Estado racial judeu e à construção do Muro que veda o acesso ao Rio Jordão;
- combate à ingerência e à agressão israel-estadunidense (como também por parte da OTAN e da UE) contra a soberania de países do Oriente Médio, como o Líbano, a Líbia, a Síria e o Irã;
- apoio à construção de um Estado democrático e laico sobre o solo pátrio palestino.
- Denúncia e repúdio a qualquer forma de agressão à Coreia do Norte;
- reconhecimento da independência e do governo da Republica Democrática Saaraui (Saara Ocidental);
- rechaço e não reconhecimento dos governos golpistas de Honduras e Paraguai.

3) Unir a América Latina e Caribe na luta comum:

- relação especial do Brasil com Cuba, apoiando-se a sua revolução socialista, aprofundando-se as relações bilaterais, desenvolvendo-se o intercâmbio material e cultural com seu povo e seu governo, prestando-lhes solidariedade efetiva, defesa da libertação dos cinco heróis cubanos presos



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

injustamente nos EUA, denunciando-se a ilegalidade das leis extraterritoriais de cerco, efetiva atuação contra o bloqueio econômico e promovendo-se a sua plena integração à comunidade das nações, assim como exigindo-se a suspensão da sabotagem, do financiamento a grupos contrarrevolucionários e da utilização de Guantánamo como base imperialista e defesa da retomada do seu controle territorial ao Estado cubano;

- repúdio e oposição à ALCA – tentativa de aprofundar o domínio da América Latina pelos EUA -, ou qualquer outra tentativa de reviver seus objetivos por meio dos Tratados de Livre Comércio e outras medidas;

- apoio à luta dos governos latino-americanos progressistas por reformas democrático-radicaís e medidas de interesse popular na luta contra o imperialismo e o golpismo interno, com destaque para a Venezuela, a Bolívia e o Equador;

- reconhecimento da soberania das nações latino-americanas sobre os recursos naturais, o desenvolvimento das tecnologias de ponta e os direitos no contencioso com empresas transnacionais;

- oposição à reativação da IV Frota, às operações do Comando Sul e à manutenção de tropas, bases e manobras militares estadunidenses em países da América Latina, que são uma ameaça permanente aos povos locais;

- defesa da anulação dos tratados que violam a soberania militar, territorial e econômica das nações latino-americanas – especialmente o Plano Colômbia - Iniciativa Andina, o Plano Panamá e o Plano Patriota, que transformou a Colômbia no Vietnã na América do Sul, com a criação de sete bases militares estadunidenses, a presença de tropas, o aporte de tecnologia militar de última geração e o treinamento de centenas de milhares de efetivos, mercenários e espões;

- recusa às tentativas de justificar os crimes dos sucessivos governos colombianos, às suas violações de territórios soberanos, em especial Equador e Venezuela, as agressões contra Cuba, as tentativas de golpe na Venezuela e o profascismo na oposição boliviana;

- reconhecimento de que são forças políticas beligerantes as FARC-EP, o ELN e os demais movimentos surgidos no estado de anomia e guerra civil da Colômbia após 1948, quando foram massacrados centenas de milhares de democratas nos protestos contra o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán;

- intermediação diplomática na Colômbia para a troca humanitária de presos políticos do Estado por prisioneiros das forças guerrilheiras;

- participação em movimentos, campanhas e iniciativas diplomáticas pela abertura e efetivação de negociações de paz na Colômbia, defendendo-se um entendimento nacional com a participação de todas as forças beligerantes e sociais.

4) Aprofundar a integração latino-americana e caribenha:

- articulação entre os países latino-americanos – nas dimensões política, institucional, econômica, energética, científica, tecnológica, cultural e social – para enfrentarem os interesses das grandes



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

potências e dos magnatas monopolistas-financeiros, na resistência aos efeitos deletérios de suas ações sobre os trabalhadores, povos e nações;

- integração oficial do Brasil à Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA –, colocando-se no centro de seus objetivos, além da integração entre economias e Estados, a emancipação social, o enriquecimento cultural, o bem estar crescente e o desenvolvimento das capacidades humanas;

- reforço à autonomia do bloco latino-americano de nações em formação diante dos imperialismos, integrando-se também, de modo autônomo, às instituições regionais com tal propósito, como o Mercado Comum do Sul – Mercosul –, a União das Nações Sul-Americanas – Unasul –, a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – Calc – e o Banco do Sul – Bansur, como contraposição à OEA e ONU que hoje atuam como mecanismos de execução dos interesses imperialistas no continente;

- participação do sistema público brasileiro de TV na Telesur, com o intercâmbio de programações no interesse comum dos povos latino-americanos;

- defender acordos para implementação do ensino obrigatório e intercâmbio mútuo dos idiomas oficiais dos países da América Latina e Caribe;

- reconhecimento dos cursos de formação em todos níveis realizados no exterior que estejam inseridos em programas de integração regional e solidariedade internacional.

5) Promover medidas soberanas com incidência internacional:

- expansão do comércio exterior brasileiro para novos mercados, com a descentralização das fontes de importação e dos destinos das exportações, com vistas a enfrentar as iniquidades da troca desigual e da dependência econômica em relação às grandes potências;

- investigação, denúncia e revogação de todos os acordos militares do Brasil, em especial com o governo estadunidense, que contrariem os princípios de soberania e autodeterminação dos povos;

- repatriação imediata das tropas brasileiras enviadas ao Haiti, substituindo-as por missões civis de profissionais e militantes sociais dedicados a ações de solidariedade, reconstrução, saneamento, saúde pública e educação;

- renegociação em bases justas do Tratado de Itaipu, firmado pelo regime militar, bem como a devolução pelo Brasil ao Paraguai dos documentos e símbolos históricos saqueados ao povo guarani pelas forças armadas imperiais;

- julgamento e reconhecimento dos crimes cometidos no regime militar brasileiro – especial do Plano Condor – perante os países atingidos;

- recuperar a memória dos lutadores pela defesa da integração dos povos latinoamericanos e caribenhos e mundial.



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

MOVIMENTO DA SAÚDE

1. Participar e fortalecer a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde:

- participar e defender a participação das entidades de massa na Frente;
- participar dos Fóruns estaduais ligados à Frente e tomar a iniciativa de criá-los naqueles Estados em que ainda não existam. Fazer propaganda dos Fóruns e da Frente;

MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO

1. Fortalecer o Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular – GTNUP e avançar na constituição de um movimento nacional de luta pela universidade popular:

- após a construção do 1º Seminário Nacional de Universidade Popular (SENUP/2011) através da **Carta de Porto Alegre**, foi possível nacionalizar o debate, e através da constituição do **Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular (GTNUP)** tem sido possível manter a articulação nacional em torno de elementos da estratégia e pontos táticos. É necessário construir o 2º Seminário Nacional de Universidade Popular em 2014, através do qual buscaremos avançar na constituição do movimento nacional de luta pela universidade popular, para o qual o GT é uma importante mediação;
- efetivação do GTNUP na base, bem como avançar no entendimento entre os dirigentes e coordenadores das organizações e entidades convocantes do Seminário;
- Avançar na inserção da pauta de UP nos espaços do ANDES-SN e na FASUBRA. Orientar as plataformas políticas dos processos eleitorais de entidades sindicais, estudantis e também na luta cotidiana, com a estratégia e as táticas da universidade popular;
- O GTNUP deve ser composto pelas três categorias universitárias, bem como por movimentos populares e sindicais de fora da universidade que compreendam a necessidade da disputa por outro modelo de universidade. Este será um movimento permanente e deverá fortalecer as entidades estudantis e sindicais, munindo a luta na universidade de um horizonte estratégico, sem substituí-las. Um movimento democrático, autônomo e amplo no sentido da composição de categorias; construído de dentro da universidade para fora e de fora para dentro, bem como solidário as demais lutas dos trabalhadores. Um movimento que se constitua como parte da luta pela educação popular;
- A luta pela Universidade Popular é uma necessidade histórica. A Universidade Crítica, Criadora e Popular como estratégia para a universidade, exige a vinculação da disputa da universidade brasileira, desde o povo e para o povo, com a construção do Bloco Histórico de forças proletárias e populares anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiário, capaz de guiar a experiência das massas nas lutas sociais “dentro da ordem” à tomada do poder político, quer dizer “contra a ordem”, abrindo caminho para o socialismo.



ORGANIZAÇÃO

Concepção

Reconstrução do Movimento Comunista e o Partido Revolucionário de Novo Tipo

“Não se pode separar a elaboração de uma estratégia revolucionária da estratégia de construção de uma organização revolucionária. Ambas se condicionam reciprocamente. A estratégia revolucionária é a condição da eficiência da organização, e a organização é a condição da formulação de uma estratégia correta”

(Luiz Carlos Prestes – Carta aos Comunistas, Alfa-Omega, SP, 1980, pp. 22-23).

1) Nós do PCLCP somos um **polo de reconstrução do movimento comunista no Brasil**, que visa organizar, sob o fundamento de uma estratégia socialista a ser enriquecida a partir do aprofundamento da análise concreta da realidade brasileira, camaradas que são comunistas, e os que venham a se tornar comunistas ou voltar a ser comunistas. Nesse sentido, pretendemos contribuir para o surgimento de um efetivo “*partido revolucionário comunista de novo tipo*”. Mesmo sem reivindicar-se, atualmente, já como o partido revolucionário de novo tipo, ou seja, o partido da revolução brasileira, cuja formação exigirá o amadurecimento das condições, o PCLCP é uma organização de **caráter partidário**. O conteúdo e a forma de seu trabalho político estão explicitados neste **Programa Partidário**, que compreende as resoluções sobre estratégia, tática e concepção de organização, bem como pelos seus **Estatutos**, aprovados em seu 12º Encontro Nacional. Estas resoluções serão aprofundadas nos próximos encontros ou congressos, a partir de grupos de trabalho temáticos permanentes para aprofundar o estudo e a elaboração dos eixos do programa tático e estratégico.

2) O partido comunista se determina essencialmente como: o partido da vanguarda do proletariado, órgão a serviço da constituição da hegemonia do proletariado na luta para conduzir o conjunto do bloco histórico revolucionário rumo à superação prática do capitalismo, à superação real do capital e das classes sociais e à construção de uma “sociedade humana” comunista. Segundo a tradição marxista, **o partido comunista é um momento essencial do desenvolvimento do proletariado como classe revolucionária**; mediador do processo em que ele se transforma de “classe em si” em “classe para si” identificada com suas “tarefas históricas” universais. Para que a classe trabalhadora se torne bastante forte para triunfar e dirigir o povo na construção do socialismo, deve formar um partido independente, distinto de todos os demais.

3) O movimento comunista internacional, bem como em território nacional – para que possa se transformar em um partido revolucionário de novo tipo – precisa ser reconstruído, o que exige uma reflexão profunda e crítica sobre as concepções e as práticas que levaram a bancarrota a maior parte dos antigos partidos comunistas (seja dos muitos que mudaram de nome e se tornaram “ex-comunistas”, seja dos muitos que afundam no oportunismo e na conciliação de classe e de



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

“comunista” só conservam o nome). É necessária a crítica e a radical superação dos “sistemas de concepções equivocadas” que levaram a uma complexa e tortuosa degeneração política e organizativa; processo prolongado que explodiu numa crise aberta do tipo de estrutura organizativa cada vez mais inadequada e sem gume revolucionário (defensiva e burocratizada) que se tornou predominante no movimento comunista internacional, totalmente incapaz de enfrentar os desafios da atual época de crise estrutural do capital. Houve casos em que a luta interna dos comunistas revolucionários tem conseguido êxito no sentido de avançar na autocrítica estratégica e na autorreforma de seus partidos no sentido de revitalizar sua condição de Partido Comunista revolucionariamente consequente, como são os casos do KKE da Grécia e do PC de Venezuela (PCV). Houve o caso de grupos significativos em termos numérico de comunistas que romperam com PCs que tinham se tornado burocráticos, reformistas e até conservadores. Alguns – depois de um longo e consciencioso processo de preparação (e que passou pela fusão responsável e cuidadosa de várias organizações) – já chegaram a se constituir em um partido revolucionário com força de massa, ainda que relativamente pequeno, como é o caso do PCPE (Partido Comunista dos Povos da Espanha). Trata-se de construir “partidos de novo tipo”, efetivamente revolucionários, isto é, organizações **capazes de dar respostas estratégicas aos interesses gerais das massas proletárias e populares e de funcionar como a expressão orgânica da própria classe trabalhadora como sujeito político revolucionário.**

4) O aspecto essencial da enorme importância não só de estudar a **obra de Marx**, mas de incorporá-la na **orientação prática da organização da revolução** como **guia da luta** proletária e popular, é o caráter historicamente necessário das concepções teórico-metodológicas e da estrutura estratégica marxiana para o conhecimento e transformação do mundo atual. O mundo não poderá ser transformado efetivamente se não for conhecido de modo objetivo e submetido a uma crítica racional radical. No último meio século houve importantíssimos esforços de restauração do marxismo crítico e do comunismo revolucionário. Ainda que estes esforços, no início do processo, possam ter colocado os problemas de modo ainda parcial, ou tenham sido confinados a uma situação marginal, eles hoje desembocam na lenta reconstrução do movimento comunista internacional. Podemos destacar vários casos positivamente exemplares. As inovações estratégicas e a articulação internacional anti-imperialista por parte de Fidel Castro, Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap, Amílcar Cabral, Samora Machel e Agostinho Neto; as elaborações sobre a teoria do valor e a transição socialista de Che Guevara ou a renovação estratégica da luta armada pelo poder com irradiação de massa por Marulanda (das FARC) e Shafick Handal (do PC Salvadorenho); a importância das inovações teóricas abrangentes como Edwald Ilienkov, Jiendrich Zeleny, György Lukács (autor da mais abrangente recuperação do método ontológico de Marx), Henri Lefebvre e István Mészáros; Paul Sweezy, Roman Rosdolsky e Florestan Fernandes.

5) No Brasil, Luiz Carlos Prestes, como destacado dirigente comunista do século XX, é um importante representante dessa tendência renovadora e de reconstrução do movimento comunista em nosso país. Rompeu com o Partido Comunista Brasileiro em 1980 com o objetivo de lutar pela construção de um verdadeiro partido revolucionário, baseado em uma estratégia correta da revolução brasileira, ou seja, socialista e não reformista. O seu legado permite, hoje, a possibilidade



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

de desenvolver este debate juntamente com outras organizações e indivíduos que, graças a sua crítica, puderam reconhecer o desvio a que se submetiam os comunistas no país. O PCLCP é fruto de sua herança política e pretende contribuir com a construção de um partido revolucionário comunista de novo tipo.

6) O Partido Comunista de novo tipo deve recuperar a negação dialética (superadora) dos tipos de organizações revolucionárias e partidos populares anteriores: seja modelos ideologicamente confusos, mais ou menos elitistas e “conspirativos-sectários”, herdados da tradição da Revolução Francesa (organizações jacobinas, blanquistas, carbonárias, populistas, terroristas, etc); seja organizações políticas de massa adaptadas à legalidade burguesa e integradas à ordem capitalista, que se tornaram correias de transmissão dos interesses das classes dominantes na reprodução da ordem estabelecida. Este “*partido proletário revolucionário de novo tipo*” foi concebido teoricamente em unidade com intensos esforços práticos por Marx e Engels e, de modo teoricamente criativo e pela primeira vez como realidade efetiva e operante por Lênin. O “*partido de novo tipo*” de que necessitamos não será construído no “vazio histórico”, não será o produto espontâneo de tentativas empiristas, nem criação de gabinete a partir de elucubrações abstratas. Ele deverá responder aos desafios históricos atuais, às necessidades e possibilidades históricas objetivas, que devem ser descobertas mediante a análise concreta da realidade concreta atualmente em processo. O “*partido de novo tipo*” que o proletariado e o povo brasileiro necessitam deve, portanto, responder à especificidade da nossa época de crise estrutural do capital e às particularidades dos caminhos viáveis da revolução orientada para o socialismo na formação social brasileira.

7) Partindo da questão elementar de que não existe estratégia revolucionária sem organização revolucionária já percebemos a articulação necessária de dois complexos políticos inerentes a uma organização revolucionária. De um lado, o desenvolvimento de um programa político revolucionário necessita ter como fundamento o conhecimento da realidade, conhecimento este que não é dado na imediatez dos acontecimentos, pois possui um desenvolvimento histórico que só pode ser conhecido através do estudo sistemático da realidade. Por outro lado, o desenvolvimento de um programa emancipatório para a sociedade brasileira passa pela constituição de uma organização revolucionária capaz de conhecer a realidade concreta e verificar no âmbito das suas ações políticas cotidianas a adequação deste conhecimento aos objetivos revolucionários. Neste sentido, o papel da organização se explicita como sendo elementar no processo de conhecimento da realidade e da sua adequação aos objetivos políticos imediatos, mediatos e de longo prazo.

8) É importante compreender que a existência de uma organização revolucionária como mediação para a construção de um partido efetivamente revolucionário está diretamente vinculada ao trabalho político-organizativo de seus militantes. De nada adiantaria a elaboração de análises políticas corretas sem a mediação política da militância, para confirmar a correção e adequação de tais propostas. Assim a vida “orgânica” é a condição para a existência de uma organização revolucionária. A organização revolucionária, portanto, deve se constituir de organismos de base e de direção, em que todos os seus efetivos membros estejam necessariamente vinculados a um



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

organismo político. Assim, a vida organizativa exige graus de disciplina que lhe são próprios, distintos de outras formas de organização social, para a qual a elaboração de uma correta política de quadros é fundamental.

9) A formação de quadros comunistas envolve conhecimento teórico, prático, técnico e moral. Estes quatro aspectos são a espinha dorsal da formação comunista e devem ter igual importância no nosso aperfeiçoamento e na nossa ação política diária. Marx, Engels e Lênin, para citarmos apenas os fundadores clássicos do marxismo, tiveram como responsabilidade de comunista associar estudo e ação política revolucionária na explicação das origens e do desenvolvimento da luta de classe e, assim, alcançar a ruptura com a ordem burguesa. Com a radicalidade teórica e política eles explicitaram o modo de produção capitalista de seu tempo e a forma como o capital aprofunda e repõe a expropriação, a dominação e a exploração através da hegemonia daqueles que têm os meios de produção (burguesia) sobre os que têm apenas sua força de trabalho (proletariado) para se manter vivo. Com os exemplos dos fundadores do marxismo concluímos que num partido revolucionário – que tenha o marxismo-leninismo como teoria do socialismo científico – o estudo (individual e coletivo) tem a mesma centralidade que a militância orgânica no partido e no movimento de massa. O estudo é uma exigência e uma arma indispensável para o comunista, pois é o instrumental que permite o aprofundamento na formação teórica e no conhecimento do marxismo-leninismo (sistema teórico que abrange concepção de mundo, filosofia, ciência, política, método) para explicar, transformar e romper com a ordem burguesa.

10) O trabalho político de um partido revolucionário é contribuir para a construção das condições para a realização da revolução socialista; atuar como dirigente da massa que realizará a revolução; estabelecer o conjunto de táticas necessárias para a tomada revolucionária do poder; construir o Estado revolucionário que combaterá até o fim a reação burguesa e organizar a sociedade socialista no período de transição à sociedade sem classes (e, portanto, sem Estado).

11) O *partido de novo tipo* deve compreender que o Estado burguês é o instrumento de dominação da classe burguesa sob os explorados e oprimidos e que este se usará da violência sempre que necessário para manter seus interesses. Portanto, o partido deve conhecer os mecanismos econômicos, políticos, ideológicos, culturais e policiais de dominação do Estado burguês. Deve estudar estes elementos de forma sistemática, para conhecê-los efetivamente. Com base nesse conhecimento é que o partido revolucionário pode organizar-se e organizar as massas exploradas e oprimidas para a tomada do poder.

12) O partido revolucionário entende que a “ditadura do proletariado” é uma necessidade se seu objetivo for efetivamente dirigir a revolução socialista. O capitalismo é uma autocracia, um estado dirigido e a serviço da minoria. A “democracia burguesa” seria, mesmo nos casos mais típicos e “abertos”, uma ditadura da minoria, dos ricos, dos donos dos meios de produção. E, em contraposição à ditadura da minoria que é o que de fato existe sob o capitalismo, os marxista-leninistas devem opor a ditadura da maioria, do proletariado organizado como classe. A ditadura do proletariado, da maioria, seria, dessa forma, a democracia mais avançada possível enquanto a



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

sociedade for dividida em classes sociais antagônicas. A ditadura do proletariado será o regime vigente durante o período histórico de transição entre a ruptura com o capitalismo e seu estado de classe (da minoria) e a sociedade sem classes, comunista.

13) O internacionalismo proletário é um princípio fundamental do partido revolucionário. A crescente integração internacional dos capitais, a divisão internacional do trabalho, o crescente mercado mundial são as bases da **determinação objetiva do princípio do internacionalismo proletário**. Se o domínio do capital é internacional, especialmente na fase imperialista do modo de produção, a luta dos trabalhadores de todo o mundo só pode ter um êxito duradouro na medida em que empreenderem uma luta abnegada e conjunta contra o capital internacional. Obviamente, a luta pela emancipação do proletariado inicia em terreno nacional – não só pelo caráter desigual e combinado do desenvolvimento econômico do capitalismo, mas também pelo caráter desigual do desenvolvimento político da crise de dominação da burguesia – com a emergência deste como classe dominante, mas deve-se avançar para que a supressão da exploração de um indivíduo por outro seja estendida à supressão da exploração de uma nação por outra. Assim, a luta dos proletários de todo o mundo é a nossa própria luta.

Relação entre o Partido e movimento de massas:

1) O partido revolucionário precisa, como condição elementar, inserir-se na massa dos explorados e oprimidos, especialmente entre os explorados do setor produtivo. Sem este trabalho, nenhuma tática, nenhuma forma de luta, nenhuma estratégia pode ser vitoriosa e nem mesmo sobreviver por um tempo considerável. A revolução, ou a tomada mesma do poder, só ocorrerá se uma parcela significativa da massa do povo dela participar de forma efetiva, direta e resoluta. A tarefa do partido é dirigir com correção e eficácia essa massa do povo quando surgir uma situação revolucionária, que também deve ser preparada e fomentada.

2) A política do partido, seu programa mínimo para atuação no movimento de massas, a ligação que faça desse programa mínimo com o programa máximo revolucionário, a seriedade com que conduza sua política permanente e a política cotidiana de atuação no movimento de massas (e a ligação entre ambas); o respeito que seus militantes adquiram junto à massa do povo, a firmeza ideológica, a capacidade de seus militantes de apresentar soluções adequadas a cada dificuldade vivida pelo movimento de massas, são elementos necessários para o crescimento do partido em termos de quantidade e de qualidade.

3) Se a inserção no movimento de massas é elemento sem o qual nenhum partido pode crescer e adquirir a condição de vanguarda, é preciso que se compreenda que partido é diferente de movimento de massas. A luta revolucionária só pode ser compreendida e levada até o fim com a existência de um partido revolucionário, que tenha como objetivo último derrotar o Estado burguês e dirigir a luta até a extinção das classes e do próprio Estado. O partido revolucionário (comunista) deve ser o destacamento mais avançado do proletariado e do povo em geral em luta. Os revolucionários são os elementos mais destacados dentre os proletários, e se organizam em partido



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

político, com estatuto próprio, com estratégia definida, com programa revolucionário, com disciplina interna, com centralismo democrático, com estruturas de organização e de direção.

4) O partido revolucionário é composto por uma pequena parcela da massa proletária e popular, aquela parcela que compreende a necessidade do partido, que está de acordo com seu programa, estratégia, táticas e concepções. O partido é, portanto, uma parte do proletariado, aquela dedicada ao trabalho de preparar a revolução socialista. Embora o partido revolucionário só possa existir em ligação permanente com a massa, o partido é um momento distinto, onde os militantes revolucionários organizam-se para estudar, refletir e planejar o encaminhamento das atividades cotidianas da massa e o futuro da construção revolucionária. O partido compreende que a revolução só pode ser obra das grandes massas.

5) A inserção no movimento de massas não acontece de forma esporádica. A inserção pode acontecer também de forma espontânea, mas um partido revolucionário não pode se deixar conduzir para dentro do movimento de massas apenas pelo espontaneísmo de seus militantes. É preciso que haja ação organizada e planejada. O partido revolucionário deve buscar ser dirigente. Buscar ser o dirigente da massa não pode ser apenas uma pretensão, e não acontecerá se parecer uma pretensão alheia aos objetivos e interesses da massa. É preciso ação consciente, planejada, com política e métodos adequados, com comportamento respeitoso e paciência histórica.

6) A massa estará disposta a organizar-se para defender seus objetivos imediatos. Os objetivos imediatos não são, por si só, revolucionários, sendo, na maior parte das vezes, reformistas. As reformas democratizantes, de ampliação de direitos, são justas, e mesmo necessárias. Os militantes do partido precisam entender isso, embora devam ter sempre em mente que estes avanços e conquistas imediatas não significam a antesala da revolução. Estar entre a massa do povo significa ajudar essa massa a organizar suas demandas imediatas, e ao mesmo tempo ir preparando as condições para avanços superiores no futuro. O militante do partido não é um ser estranho à massa do povo. O que se espera é que o militante do partido revolucionário esteja acima da média do povo em termos de conhecimento teórico e preparo político, além de ter melhores condições de questionar os preconceitos culturalmente inculcados no povo.

7) Para inserir-se na massa do povo é preciso que o partido esteja dotado de um programa mínimo para atuação, que é o conteúdo reivindicatório possível de compreensão imediata pela massa. Esse programa mínimo não pode estar em contradição com os objetivos revolucionários do partido, com o programa máximo. Fazer a ligação entre o programa mínimo e o programa máximo, e entre as táticas e a estratégia, é um dos maiores desafios dos militantes que atuam no movimento de massas, e estes militantes terão mais êxito nesse trabalho se o partido, em suas instâncias de organização, conseguir orientar corretamente o debate, a reflexão e o planejamento das atividades. Esta dificuldade varia bastante de uma conjuntura para outra, a depender do nível de consciência da massa, da conjuntura política e econômica nacional e mundial, do tipo de intervenção que outros partidos façam entre a massa.



PCLCP

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

8) Os militantes do partido não devem incorrer no erro de pensar que “a massa é ignorante” e que nunca vai avançar para posições revolucionárias ou sequer para posições de autonomia para a luta por direitos imediatos. Também não deve considerar que o proletariado é sempre revolucionário, bastando que o partido o organize para que caminhe resolutamente para a revolução. E a massa está sempre em movimento, assim como sua consciência, até mesmo nos tempos de maior calmaria. Esta consciência pode mudar, desde que provocada pela atividade política, pela convocação à participação, por fatos sociais que provoquem a reflexão, pelo exemplo militante e desinteressado dos revolucionários.

9) A massa do povo, e mesmo a massa de uma categoria profissional aparentemente uniforme e estável, é difusa, plural, e contém em seu corpo as diversas formas de pensamento, a influência das diversas ideologias possíveis em cada tempo histórico. É preciso, portanto, que os militantes do partido busquem elevar o nível de consciência da massa fazendo propaganda da revolução (do programa do partido, da estratégia revolucionária e do próprio partido) quando isso pareça razoável para a maioria da massa, ou para aqueles integrantes da massa que estejam em condições de entender e de concordar, mas sempre sem menosprezar os objetivos imediatos que para a maioria segue sendo o principal naquele momento.

10) O trabalho de inserção na massa deve partir da condição objetiva e subjetiva na qual a massa se encontra. Depois de realizada a inserção, depois que os militantes do partido adquirem a confiança da massa, é preciso planejar a política de manutenção dessa relação ao longo do tempo. Um setor da massa, isolado, ou alguns poucos setores (de categorias profissionais, de segmentos populares), não podem realizar sozinho tarefas políticas que só podem ser realizadas por grandes contingentes e em conjunturas propícias (que também precisam ser construídas). Por isso não basta inserir-se em um ou em alguns setores dos explorados e oprimidos e, a partir disso, imaginar que se possa encaminhar táticas políticas mais ousadas, pois a derrota desses poucos setores podem significar novo isolamento do partido. O fundamental é manter o nível de confiança, a estabilidade nas instâncias de direção deste(s) setor(es) da massa, e, ao mesmo tempo, usando essa experiência e essa força, avançar para a inserção em outros setores.

11) Uma vez dirigindo com estabilidade alguns setores da massa é preciso ampliar as dinâmicas de elevação do nível de consciência e organização. Formar permanentemente a parcela da massa que se proponha a instruir-se mais acerca das questões políticas é tarefa dos militantes comunistas, e é na realização desse trabalho que se pode recrutar novos militantes para o partido revolucionário, dando continuidade ao trabalho dentro deste mesmo setor e liberando militantes para contribuir em outras frentes e em outros trabalhos necessários ao desenvolvimento do partido.